¡VIVA LA FEDERACION!

# LA GACETA MERCANTIL

DIARIO COMERCIAL, POLITICO Y LITERARIO.

AÑOS 21 de su publicacion. | BUENOS AIRES, MIERCOLES 31 DE ENERO DE 1844. | No. 6,098.

## EXPOSICAÕ

*Do procedimento politico do Consul geral de Portugal durante os ultimos acontecimentos da Republica Oriental do Uruguay, com a refutaçaõ das calumnias publicadas pelo Governo de Montevideo no decreto que o suspende de suas funcçoens, e o expulsa d'aquella cidade.*

L'autorité de la raison est immense dès qu'elle peut se montrer sans obstacle.
MME. DE STAEL—*Considèrations sur la révolution française.* Tom. III.

(*Concluçaõ.*)

### DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS.

NUM. 1.°

*Ministerio de Relaçoens Exteriores.*

Montevideo, 8 d'Outubro de 1843.

O Ministro abaixo assignado se dirige ao Sr. D. Leonardo de Souza Leitte Acevedo, para por em seu conhecimento, que o Governo da Republica, por accordo d'esta data, dispoz retirar-lhe o *exequatur* dado á sua nomeaçaõ de Consul Geral de Portugal nesta cidade, assignalando-lhe o termo de seis dias para sahir d'ella, em virtude das razoens que s'achaõ no mesmo acordo, que se acompanha em copia.

O abaixo assignado saũda ao Sr. Leitte Azevedo com sua maior consideraçaõ.

SANTIAGO VASQUEZ.

Sr. D. Leonardo de Souza Leitte Azevedo.

### MINISTERIO DE RELAÇOENS EXTERIORES.

*Declaraçaõ e acordo do Governo.*

Montevideo, 8 de Outubro de 1843.

O Governo tem apurado sua paciencia, e naõ pode prolonga-la mais, porque nisto periga a tranquilidade publica, e porque naõ lhe hè dado por mais tempo naõ dar dar ouvido ao clamor da opiniaõ. He já necessario que o Sr. Consul de Portugal, D. Leonardo de Souza Leitte de Azevedo, cesse em suas funçoens que exercita com mengua do seu paiz, e damno de esta Republica, e que vá á presença de sua Soberana a responder de suas faltas gravisimas, e de seus numerosos attentados. O Governo teria querido deixar sua remoçaõ á justiça de S. M. a Rainha de Portugal, e darlhe assim huma nova prova, e a povoaçaõ Portugueza, de sua benevolencia; porém já disse que isto hè inconciliavel com a paz publica, com o decoro da Republica, e com o mesmo credito da Naçaõ Portugueza.

O Sr. Leonardo de Souza Leitte tem ultrajado todos os respeitos sociaes, se tem feito indigno de alternar entre as pessoas que exercem nesta cidade funcçoens consulares, e tem sido un agente provocador de conspiraçoens, de deserçaõ dos empregados militares do Governo, e está, há muito tempo, prestando serviços de importancia aos inimigos da Republica.

O respeito que o Governo se deve a si mesmo, lhe prohibe fazer aqui huma enumeraçaõ dos varios ruidosos actos pessoaes, em que tem menoscavado o Sr. Leitte seu caracter publico. De boca em boca circulaõ elles, e a povoaçaõ Portugueza naõ pode estar senaõ bem convencida de que o Sr. Leitte, de genio inquieto, e mal havido com a circumspeccaõ do seu rango, naõ tem feito senaõ comprometer seu respeitavel caracter.

Tantos saõ os extravios do Sr. Leitte, que o Governo se *limitará a citar aqui os principaes, e mais publicos,* reservando huma enumeraçaõ mais ampla e detalhada de todos elles, para a exposiçaõ que vai pór em conhecimento de S. M a Rainha de Portugal.

Naõ remontará, ainda que podia, a época mais remota, que ao anno de 1839. O Sr. Leitte nesse anno deu que entender e que fazer muito ao Governo da Republica, e materia á censura publica em seus debates escandalosos com os marinhos Brazileiros. Un tumulto teve lugar no molhe de Montevideo a 7 de Agosto de 1839. No informe que passou ao Governo o Sr. Consul do Brazil D. Manoel Nieira Braga, authorizado pelo Capitan de Fragata da marinha Brazileira, D. Carlos Nascentes de Arambuja, entre outras cousas diz o seguinte—"Nesta occasiaõ chegou o Consul Portuguez, e dirigindose a mim, me começou a insultar, sendo apoiado pelos *mesmos que tinhaõ desembainhado punhaes contra mim,* e me deo a voz de preso, porque tinha desembainhado a espada em hum paiz livre; e dizendo lhe eu que fosse entender-se com o Encarregado de Negocios do Brazil, pois que nada tinha que ver com elle, continuou em seus insultos em meio dos *vivas que lhe davaõ os que me cercavaõ.*" Se tratava de hum tumulto de homens armados de punhal contra hum Official brazileiro, e o Consul de Portugal s'achava á sua frente. O Governo mandou levantar a seu turno uma summaria informaçaõ do modo que lhe foi possivel, que naõ resultou desfavoravel ao Sr. Leitte: e a authoridade se vio forçada a declara-lo assim, ainda que convencida de que naõ se tendo encontrado outras pessoas que declarassem nella senaõ das complicadas no tumulto, resultava quando menos que o Consul de Portugal se achava em hum sitio de que devia afasta-lo a natureza de suas funçoens.

En Março de 1841 se ausentou misteriosamente o Sr. Leitte; e com hum pretexto to suposto passou á capital de Buenos Ayres, en guerra com esta Republica: alli esteve em relaçoens intimas com os Ministros de Rosas, e os Chefes da emigraçaõ d'este paiz, e resulton de huma nota do mesmo Sr. Leitte de 14 d'Abril do mesmo anno, que o verdadeire objecto de sua viagem tinha sido huma *pretendida maquina infernal* dirigida contra a pessoa de Rosas. O Consul Leitte figurava nesta intriga de huma maneira notavel. A policia de esta cidade soube que elle á sua volta de Buenos Ayres tinha praticado diligencias para huma artificiosa averiguaçaõ que Rosas se empenhou vaamente en levar á cabo. Desde entaõ o Sr. Leitte foi objecto das recommendaçoens d'este em suas mensagens, e a sua casa ponto de reuniaõ de *todos os partidarios da dominaçaõ estrangeira.* O Chefe inimigo se avançou athé accusar ao Presidente do esta Republica de *essa farça;* dando a entender que do Sr. Leitte tinha esta revelaçaõ. O Governo interpelou vivamente ao Sr. Leitte, e este, depois de vacilaçoens bem suspeitosas, se vio forçado a desmentir publicamente a seu amigo o Governador de Buenos Ayres.

Desde entaõ ja foi huma crença geral que o Consul de Portugal estava em communicaçaõ e serviço de nosso inimigo, e hum facto intergiversavel e solemne veio a confirma-lo plenamente. A Gazeta de Buenos Ayres publicou duas cartas reservadas do Coronel de esta Republica D Martiniano Chilavert, cuja leitura havia solicitado confidencialmente o Sr. Leitte de huma pessoa chegada ao Governo; e como era elle só a quem tinhaõ sido communicadas, foi bem claro que elle as havia mandado a Rosas para favorecer sua causa. O Governo, sem embargo, fez levantar hum summario sobre o facto, e nelle declarou o Sr. Leitte em 18 de Março de 1842 ante o Juiz do Crime D. Manoel Tapia, *que naõ tirou copia de taes cartas.* Em seguida lhe exhibio o Sr. Juiz do Crime huma carta escrita a D. Jose Rivera Indarte, que o Sr. Leitte declarou ser sua. Hé datada em 15 de Março do mesmo anno, e nella se diz—*Naõ tirei copia d'ellas* (as cartas) *e seria huma offensa suppor-me capaz de huma semelhante perfidia.* O Juiz entaõ lhe exhibio outra ao mesmo individuo datada em Fevereiro, que o Sr. Leitte tambem reconheceo por sua, e que naõ se lembrava haver escrito. Nella se diz:—"O muito que tenho tido que fazer "me priva do gosto de ve-lo e entregar-lhe as adjuntas que devolvo muy agradecido: "*as copiei,* porque no meu pouco entender a contestaçaõ do Sr. V........hé obra "de seu illustrado engenho, e digna de ser lida, e conservada como hum tesouro; hé "excelente em todos os respeitos, e eu a conservo"

O expediento sobre as cartas do Sr. Chilavert publicou-se nos diarios d'esta capital. Nada pude dizer o Sr. Leitte em sua defesa. Estava convicto d'inteligencia com o inimigo, e do vergonhoso crime de perjurio, que se naõ lhe dava já direito de tratarse de igual a igual com os homens leaes; com mais razaõ o excluia da honra de representar os intereses commerciaes de Naçaõ taõ pundonorosa como a Portugueza, e de hombrearse com os Agentes Consulares d'outras Naçoens

Impressos todos os documentos da espionagem e do perjurio, acrediiou o Governo que chegariaõ ao conhecimento de S. *M.* a Rainha de Portugal, e que seu Governo pouparia ao d'esta Republica a dolorosa resoluçaõ que hoje se vé forçado a adoptar. Porem naõ se realizou esta esperança, porque S. M. naõ o saberia por algum acaso extraordinario.

Desde entaõ o Sr. Leitte naõ respeitou ja nenhum miramento: se lançou sem freio na carreira do mais deploravel desvario. O desastre que sofreraõ as armas da Republica em Dezembro de 1842 animou o Sr. Leitte a entrar em huma carreira inusitada. En Março de este anno de 1843 fallou em segredo entre outros ao sargento *Grova,* hoje Comissario de policia, para que desertasse do serviço da Republica, porque estava esta perdida, e seria conquistada por Rosas.

No mesmo mez o General D. Angel M. Nuñez desertou do nosso exercito, e passando a bordo da corveta de guerra portuguesa *Dom Joaõ I.,* iniciou huma conspiraçaõ para entregar esta praça ao General de Rosas: de bordo d'esse navio neutral enviado para protecaçaõ dos Portugueses, e naõ para foco de conspiraçoens manteve outras inteligencias para fazer desertar officiaes e soldados d' esta guarniçaõ. Conseguiõ corromper a lealdade de alguns que se reuniraõ na mesma curveta: outros rechaçaraõ com indignaçaõ suas proposiçoens. As conferencias de Nuñez com esta praça duraraõ muitos dias. Tinhaõ lugar na Camara do Commandante, e os Officiaes de guarda da curveta convidavaõ os que eraõ chamados abordo d'ella por Nuñez a arrojar as insignias do Governo, e a reunirse á aquelle desertor. Todos estes factos constaõ do expediente segundo sobre essa conspiraçaõ pelo Juiz do Civil D. Manuel Herrera e Obes, actuando por impedimento do do Crime: expediente que se publicou integro nos diarios d'esta capital.

Em Agosto d'este mesmo anno o Chefe de Rosas enviou á mesma curveta portuguesa *D. Jaao I* a seu Agente D. Ruperto Carreras para tramar a entrega d'esta praça com Mr. Charpentier, seduzindo hum dos Corpos da guaraiçaõ Na curveta tiveraõ lugar as conferencias d'esta maquinaçaõ (complot) Todos seus detalhes

## EXPOSÉ

*De la conduite politique du Consul Général de Portugal pendant les derniers événemens de la République Orientale de l Uruguay, avec la réfutation des calomnies publiées par le Gouvernement de Montévideo, dans le décret qui le suspend de ses fonctions, et qui le renvoye de cette ville.*

L'autorité de la raison est immense dès qu'elle peut se montrer sans obstacle.
MME. DE STAËL—*Considérations sur la révolution française.* Tom. III.

(*Suite et fin.*)

### PIECES JUSTIFICATIVES.

NUM. 1°

*Ministére des Affaires Etrangéres.*

Montévideo, le 8 Octobre 1843.

Le Ministre soussigné s'adresse á Mr. D. Leonardo de Souza Leitte Azevedo, pour mettre en sa connaissance que le Gouvernement de la République, par décret ce cette même date, a résolu de lui rétirer l'*exequatur* donné á sa nomination de Consul Général de Portugal dans cette ville, en lui accordant un délai de six jours pour en sortir, pour les motifs exprimés dans le même décret, dont on lui donne copie.

Le soussigné salue M. Leitte Azevedo avec la plus grande considération—

SANTIAGO VASQUEZ.

*Monsieur* D. Leonardo de Souza Leitte Azevedo

### MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGÉRES.

*Déclaration et arrété du Gouvernement.*

Montévideo, le 8 Octobre 1843.

Le Gouvernement a épuisé sa patience, et ne peut la prolonger davantage, parcequ'il y va de la tranquillité publique, et parcequ'il ne lui est pas donné de fermer plus long-temps l'oreille au cri de l'opinion. Il faut enfin que Monsieur le Consul de Portugal, D. Leonard de Souza Leitte de Azevedo quitte les fonctions qu'il exerce avec deshonneur pour son pays, et au détriment de cette république, et qu'il aille en présence de sa Souveraine répondre de ses énormes fautes et de ses nombreux attentais. Le Gouvernement aurait voulu laisser le soin de son rappel á la justice de S. M. la Reine de Portugal, et lui donner ainsi, en même temps qu'au peuple portugais, une nouvelle preuve de sa bienveillance: mais il a dit dejá que c'était inconciliable avec la paix publique, avec l'honneur de la république, et avec le crédit lui-même de la nation portugaise.

*Monsieur* Léonard de Souza Leitte a blessé toutes les convenances sociales, il s'est rendu indigne d'entretenir des rélations avec les personnes qui exercent en cette capitale les fonctions consulaires, il a été un agent provocateur de conspirations, de désertion près des employés militaires du Gouvernement, et depuis longtemps il ne cesse de prèter des services d'importance aux ennemis de la République.

Le respect que le Gouvernement se doit á lui-même, lui défend de faire ici l'énumération scandaleuse des divers actes personnels, par lesquels Monsieur Leitte a degradé son caractère public. Ils volent de bouche en bouche, et la population portugaise ne peut être que bien convaincue que *Monsieur* Leitte, d'un génie inquiet et peu en harmonie avec la circonspection de son rango, n'a cessé de compromettre son respectable caractère

Les écarts de Monsieur Leitte sont en si grand nombre que le Gouvernement se bornera á citer les principaux et les plus connus, se reservant de les énumérer tous d'une manière plus ample et plus détaillée dans un rapport qu'il élevera á la connaissance de *S. M* la Reine de Portugal.

Il ne remontera pas, bien qu'il le pût, á une époque plus éloignée que l'an 1839. Monsieur Leitte dans cette année donna beaucoup á faire et á entendre au gouvernement de la République, et prêta matière á la censure publique par ses debats scandaleux avec la marine brésilienne. Un tumulte eut lieu sur le môle de Montévideo le 6 août 1839. Dans la note que passa au gouvernement de la République Mr. le Consul du Brésil, Manuel Vieira Braga, autorisé par le capitaine de frégate, de la marine brésilienne, Mr. Joseph Joaquin Rapozo, l'aspirant de marine Charles Nascentes de Azambuya, entr'autres choses, dit ce qui suit. "En ce moment arriva le Consul portugais qui, se dirigeant vers moi, commença á m'insulter, étant soutenu par les mêmes hommes qui avaient levé leur poignard sur moi, et il me dit que j'étais arrêté pour avoir tiré l'épée en un pays libre: et comme je lui répondis qu'il allât s'expliquer avec le chargé d'Affaires du Brésil. puisque je n'avois rien á démêler avec lui, il renouvella ses insultes au milieu des bravos que lui donnaient ceux qui m'entouraient." Il s'agissait rien moins que d'une émeute de gens armés de poignards contre un officier brésilien, et c'était le Consul de Portugal qui marchait á leur tête!—Le Gouvernement envoya dresser, le mieux qu'il pût, une enquête qui ne fût pas contraire á Mr. Leitte; et l'autorité se vit obligée á le déclarer ainsi, quelque convaincue qu'elle fût que c'était par le manque d'autres témoins que ceux qui avaient pris part á la rixe; d'où il résultait tout au moins que le Consul de Portugal s'etait trouvé dans un endroit d'où devait l'éloigner le caractère de ses fonctions.

En mars 1841 Mr. Leitte s'absenta mystérieusement, et sous un prétexte supposé il se rendit á Buénos Aires, qui était en guerre avec cette République. Il y eut des rapports intimes avec les Ministres de Rosas, et les chefs de l'émigration de ce pays, et par une note du même Mr. Leitte, datée du 14 avril de la même année, l'on apprit que le véritable objet de son voyage avait été une prétendue machine infernale dirigée contre la personne de Rosas. Le Consul Leitte figurait dans cette intrigue d'une manière notable. La police de cette ville fut informée qu'á son retour de Buénos Aires il avait fait des démarches pour une enquête malicieuse que Rosas s'efforça vainement de faire pratiquer. Dès-lors Mr. Leitte fut l'objet des recommendations de ce dernier dans ses messages, et sa maison devint le foyer de tous les partisans de la domination étrangère. Le chef ennemi s'avança jusqu'á accuser le Président de cette République d'être l'auteur de cette farce, donnant á entendre qu'il tenait cette révélation de Mr. Leitte. Le gouvernement interpela vivement Mr. Leitte, qui après maintes hésitations très-suspectes, finit par démentir publiquement son ami le Gouverneur de Buénos-Aires

Depuis lors personne ne douta que le Consul de Portugal était en rapport et au service de notre ennemi; et un fait irréfragable et solemnel vint le confirmer complètement La Gazette de Buénos Ayres publia deux lettres confidentielles de D. Martiniano Chilavert, colonel au service de cette république, et dont *Mr.* Leitte avait sollicité la lecture auprès d'une personne attachée au gouvernement; et comme il était le seul á qui ces lettres eussent été communiquées, il était évident que c'était lui qui les avait envoyées á Rosas pour favoriser sa cause. Le gouvernement néanmoins fit dresser sur le champ une enquête, dans laquelle Mr. Leitte déclara, en date du 18 mars 1842, en présence du juge de crime D. Manuel Tapia, *qu'il n'avait point pris copie de ces lettres.* Le juge lui montra ensuite une lettre adressée á D. José Rivera-Indarte, que Mr. Leitte avoua être de lui. Elle portait la date du 15 mars de la même année, et il y était dit: "*Je n'en ai point pris copie* [des lettres], *et ce serait m'offenser que de me supposer capable d'une pareille perfidie.* Le juge alors lui montra une autre lettre adressée au même individu en date de février, que Mr. Leitte reconnut également être la sienne, et qu'il ne se rappellait pas d'avoir écrite. Dans celle-ci il est dit:" Mes nombreuses occupations m'ont privé du plaisir de vous voir, et de vous remettre les lettres ci-jointes, que je vous rends avec bien des remerciments. *Je les ai copiées,* car à mon faible jugement, la réponse de Mr. V.... est digne de son esprit éclairé, et merite d'être lue et conservée comme un trésor. Elle est parfaite sous tous les rapports, et je la garde.

L'enquête sur les lettres de Chilavert fut publiée dans les journaux de cette capitale. *Mr.* Leitte ne put rien dire en sa défense. Il était convaincu d'intelligence avec l'ennemi, et du crime honteux de parjure, qui lui ôtait le droit de traiter d'égal à égal avec des honnêtes gens, et à plus forte raison le privait de l'honneur de représenter les intérêts commerciaux d'une nation aussi délicate sur le point d'honneur que la nation portugaise, et de prendre rang parmi les agens consulaires des autres états.

Tous les documens de l'espionage et du parjure une fois imprimés, le gouvernement crut qu'ils arriveraient á la connaissance de S. *M.* la Reina de Portugal, et que son gouvernement épargnerait à celui de la République la pénible résolution qu'il se voit obligé de prendre aujourd'hui. Mais cet espoir ne s'est pas réalisé, peut-être á cause de quelque hasard extraordinaire qui aura empêché S. M. de prendre connaissance de ces faits

Dès-lors Mr. Leitte ne garda plus de bornes, et il se lança sans frein dans la carrière des plus déplorables écarts Le contraste que suffrirent les armées de la République en décembre 1842, encouragea Mr. Leitte á entrer dans une entreprise étrange. En mars de la présente année 1843, il parla secrétement, entr'autres, au sergent Grova, qui occupe maintenant la place de Commissaire de Police, pour l'engager á déserter le service de la République, qu'il regardait comme perdue, et sur le point de tomber au pouvoir de Rosas

Dans le même mois, le Général D. Angel Maria Nuñez déserta notre armée, et gagna la corvette de guerre portugaise *Don Juan I.,* où il ourdit un complôt pour livrer cette place au Général Rosas. Etabli á bord de ce navire neutre, qui a été envoyé pour protéger les Portugais,et non pas pour devenir un foyer de conspirations, il entretenait des intelligences pour faire déserter des officiers et des soldats de cette garnison. Il reussit á corrompre la fidélité de quelques-uns, qui se reunirent á lui sur la même corvette; les autres repoussèrent ses offres avec indignation. Les entrevues de Nuñez avec des individus de cette place durèrent plusieurs jours: elles avaient lieu dans la chambre du Commandant, et les officiers de garde de la corvette engageaient ceux qui y étaient

## EXPOSICION

*De la conducta politica del Cónsul General de Portugal durante los últimos acontecimientos de la República Oriental del Uruguay; con la refutacion de las calumnias publicadas por el Gobierno de Montevideo en decreto de 8 de Octubre 1843 que lo suspende de sus funciones, y lo expulsa de aquella Ciudad.*

L'autorité de la raison est immense dès qu'elle peut se montrer sans obstacle—
MME. DE STAEL—*Considerations sur la revolution Française. Tom.* III.

(*Conclusion*)

### PIEZAS JUSTIFICATIVAS.

NUM. 1.°

*Ministerio de Relaciones Exteriores.*

Montevideo, 8 de Octubre de 1848

El Ministro abajo firmado se dirige al Sr. D. Leonardo de Souza Leitte Acevedo, para poner en su conocimiento que el Gobierno de la República, por acuerdo de esta fecha, ha dispuesto retirarle el *executur* dado á su nombramiento de Cónsul General de Portugal en esta ciudad, señalándole el término de seis dias para salir de ella, en virtud de las razones que se hallan en el mismo acuerdo, que se acompaña en copia.

El abajo firmado saluda al Sr. Leitte Acevedo con su mayor consideracion.

SANTIAGO VASQUEZ.

Sr. D. Leonardo de Souza Leitte Acevedo.

### MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES.

*Declaracion y acuerdo del Gobierno.*

Montevideo, 8 de Octubre de 1843.

El Gobierno ha apurado su paciencia, y no puede prolongarla mas, porque en esto peligra la tranquilidad pública, y porque no le es dado por mas tiempo no dar oido al clamor de la opinion. Es ya necesario que el Sr. Cónsul de Portugal, D. Leonardo de Souza Leitte Acevedo, cese en sus funciones que ejercita con mengua de su pais, y daño de esta República, y que vaya á presencia de su Soberana á responder de sus faltas gravisimas, y de sus numerosos atentados. El Gobierno habria querido dejar su remocion á la justicia de S. M. la Reina de Portugal, y darle asi una nueva prueba y á la poblacion Portuguesa, de su benevolencia; pero ya dijo que esto es inconciliable con la paz pública, con el decoro de la República y con el mismo crédito de la Nacion Portuguesa.

El Sr. Leonardo de Souza Leitte ha ultrajado todos los respetos sociales, se ha hecho indigno de alternar entre las personas que ejercen en esta Ciudad las funciones Consulares, y ha sido un Agente provocador de conspiraciones, de desercion de los empleados militares del Gobierno, y está há mucho tiempo prestando servicios de importancia á los enemigos de la República

El respeto que el Gobierno se debe á si mismo le prohibe hacer aqui una enumeracion de varios ruidosos actos personales, con que ha menoscacado el Sr. Leitte su carácter público. De boca en boca circulan ellos, y la poblacion portuguesa no puede estar sino bien convencida de que el Sr. Leitte, de génio inquieto, y mal habido con la circunspeccion de su rango, no ha hecho sino comprometer su respetable carácter.

Son tantos los extravios del Sr. Leitte, que el Gobierno se limitará á citar en esto lugar los principales y mas públicos, reservando la enumeracion mas amplia y circunstanciada de todos ellos para la exposicion que vá á elevar al conocimiento de S. M. la Reina de Portugal.

No remontará, bien que lo puede hacer, á época mas remota que al año de 1839. El Sr. Leitte en ese año dió que entender, y que hacer mucho al Gobierno de la República, y materia á la censura pública en sus debates escandalosos con los marinos Brasileros. Un tumulto tuvo lugar en el muelle de Montevideo á 7 de Agosto de 1839. En la informacion que dirigió al Gobierno de la República el Sr. Cónsul del Brasil Manuel Viera Braga, autorizado por el Capitan de Fragata de la marina Brasilera, José Joaquin Rapazo, el Guardia Marina Carlos Nacentes de Asambuja, entre otras cosas dice lo siguiente—*En esta ocasion llegó el Cónsul Portugues, y dirigiéndose á mí me comenzó á insultar, siendo apoyado por los mismos que habian desembaynado puñales contra mí y me dió la voz de preso porque habia desembainado la espada en un pais libre; y diciéndole yo que fuese á entenderse con el Encargado de Negocios del Brasil, pues que nada tenia que ver con él, continuó con sus insultos, en medio de los vivas que le daban los que me rodeaban.* Tratábase de un tumulto de hombres armados de puñal contra un oficial Brasilero, y el Cónsul de Portugal hallabase á su frente. El Gobierno mandó levantar á su turno una informacion sumaria del modo que le fué posible, *la cual no resultó* desfavorable al Sr. Leitte; y la autoridad vióse forzada á declararlo asi, sin embargo que convencida de que no habiéndose encontrado otras personas que declarasen en ella sino las complicadas en el tumulto, resultaba cuando menos que el Cónsul de Portugal se habia hallado en un sitio de donde debia alejarlo la naturaleza de sus funciones.

En Marzo de 1841 se ausentó misteriosamente el Sr. Leitte; y con un pretesto supuesto pasó á la capital de Buenos Aires en guerra con esta República; alli estuvo en relaciones intimas con los Ministros de Rosas, y los Gefes de la emigracion de este pais, y resultó de una nota del mismo Sr. Leitte, datada en 14 de Abril del mismo año, que el verdadero objeto de su viage, habia sido una pretendida máquina infernal dirigida contra la persona de Rosas. El Cónsul Leitte figuraba en esta intriga de una manera notable. La Policia de esta ciudad supo que en su regreso de Buenos Aires habia practicado diligencias para una artificiosa averiguacion que Rosas se empeñó en vano en llevar á cabo. Desde entonces el *Sr* Leitte fué objeto de las recomendaciones de este en sus *Mensages,* y su casa punto de reunion de todos los partidarios de la dominacion extrangera El Gefe enemigo se avanzó hasta acusar al Presidente de esta República de esa farsa; dando á entender que del Sr. Leitte tenia esta revelacion. El Gobierno interpeló vivamente al Sr. Leitte, y este, despues de vacilaciones bien sospechosas, se vió forzado á desmentir públicamente a su amigo el Gobernador de Buenos Ayres.

Desde entonces ya fué una creencia general que el Cónsul de Portugal estaba en comunicacion y servicio de nuestro enemigo, y un hecho intergiversable y solemne vino á confirmarlo plenamente. La Gaceta de Buenos Ayres publicó dos cartas reservadas del Coronel de esta República D. Martiniano Chilavert, cuya lectura habia solicitado confidencialmente el Sr. Leitte de una persona allegada al Gobierno; y como era el solo á quien habian sido comunicadas, fué bien claro que él las habia mandado á Rosas para favorecer su causa. El Gobierno, sin embargo, hizo levantar un sumario sobre el hecho, y en él declaró el *Sr.* Leitte en 18 de Marzo de 1842 ante el Juez del Crimen D. Manuel Tapia, *que no sacó copias de tales cartas.* En seguida le exhibió el Sr. Juez del Crimen una carta escrita á D. José Rivera Indarte, que el Sr. Leitte declaró ser suya. Es datada en 15 de Marzo del mismo año, y en ella dice—*No saqué copia de ellas* [las cartas] *y seria una ofensa suponerme capaz de una semejante perfidia.* El Juez entonces le exhibió otra al mismo individuo datada en Febrero, que el Sr. Leitte tambien reconoció por suya, y que no se acordaba haber escrito. En ella se dice—"Lo mucho que he tenido que hacer me priva del gusto de verlo y entregarle las adjuntas que le devuelvo muy agradecido: *las copié,* porque en mi poco entender la contestacion del Sr. V.... es obra de su ilustrado ingenio, y digna de ser leida, y conservada como un tesoro; es excelente en todos respectos, y yo la conservo."

El expediente sobre las cartas del Sr. Chilavert publicose en los diarios de esta Capital. Nada pudo decir el Sr. Leitte en su defensa. Estaba convicto de inteligencia con el enemigo, y del vergonzoso crimen de perjurio, que si no le daba ya derecho de tratarse de igual á igual con los hombres leales; con mas razon lo excluia de la honra de representar los intereses comerciales de una Nacion tan pundonorosa como la Portuguesa, y de hombrearse con los Agentes Consulares de otras Naciones.

Impresos todos los documentos de espionage y de perjurio, creyó el Gobierno que llegarian al conocimiento de S. M. la Reina de Portugal, y que su Gobierno evitaria al de esta República la dolorosa resolucion que hoy se vé forzado á adoptar. Pero no se realizó esta esperanza, porque S. M. no lo sabria por algun acaso extraordinario.

Desde entonces el Sr. Leitte no respetó ya ningun miramiento: se lanzó sin freno en la carrera del mas deplorable desvario. El desastre que sufrieron las armas de la República en Diciembre de 1842 animó al Sr. Leitte á entrar en una carrera inusitada. En Marzo de este año de 1843 habló en secreto entre otros al Sargento *Grova,* hoy Comisario de Policia, para que desertase del servicio de la República, porque estaba esta perdida, y seria conquistada por Rosas.

En el mismo mes el General D. Angel Maria Nuñez desertó de nuestro ejército, y pasando á bordo de la Corveta de guerra "*Don Juan I*" inició una conspiracion para entregar esta plaza al General de Rosas; desde á bordo de este buque neutral enviado para proteccion de los Portugueses, y no para foco de conspiraciones, mantuvo otras inteligencias para hacer desertar oficiales y soldados de esta guarnicion. Consiguió corromper la lealtad de algunos que se reunieron en la misma Corveta; otros rechazaron con indignacion sus proposiciones. Las conferencias de Nuñez con esta plaza duraron muchos dias. Tenian lugar en la cámara del Comandante, y los oficiales de guardia de la Corveta convidaban á los que eran llamados á bordo de ella por Nuñez á arrojar las insignias del Gobierno, y á reunirse con aquel desertor. Todos estos hechos constan del expediente seguido sobre esa conspiracion por el Juez de lo Civil D. Manuel Herrera y Obes, actuando por impedimento del del Crimen; expediente que se publicó integro en los Diarios de esta Capital.

constaõ da declaraçaõ de Mr. Charpentier ante o Chefe Politico d'esta cidade, D. Andres Lamas, que foi publicada nos diarios d'esta capital."

Ninguem que esteja instruido dos antecedentes do Señor Leitte pensará que o Capitaõ da curveta *D. Joao I*, novo nesto paiz, amigo e commensal do Sr. Leitte, obrasse por impulso proprio, senaõ por seducçaõ do Sr. Leitte; e o prova bem, naõ dar este nunca o menor passo para conter as hostilidades d'esse Commandante contra este paiz, nem para satisfazer o Governo, muito ao cabo d'ellas.

A casa do Sr. Leitte tem sido todo este anno abrigo, naõ de desgraçados, senaõ de profugos conspiradores que desde seu seio tem proseguido em seus culpaveis manejos, e naõ ha huma só maquinaçaõ, hum so ataque organizado nesta cidade, para favorecer directa ou indirectamente a Rosas, em que o Sr. Leitte naõ faça papel mais ou menos principal.

Hé de notoriedade que o Sr. Leitte mantem correspondencia seguida com o campo inimigo, e que este tem sido, e hé, emprego das embarcaçoens menores dos navios de guerra portuguezes. A sorte do Sr. Leitte quiz que d'isto tinha tambem o Governo hum documento de seu punho e letra. Nos fins de Agosto ultimo as forças d'esta praça tomáraõ, perto da costa que occupa o inimigo, hum bote com quatro homens todos Portuguezes. Hum d'elles conduzia a pessoa que está com o General inimigo, e goza de seu favor, hum papel de letra do Sr. Leitte, de contendo perfido, e com a assignatura de—*Job*—indicativo da paciencia do Sr. Leitte em esperar a tomada de esta praça.

Naõ tem sido menos abusivo o Sr. Leitte em sua correspondencia com o extrangeiro para menoscabar o credito d'esta Republica. Tem o Governo copias d'algumas d'estas cartas destinadas a este objecto, e athé periódicos de esta capital aonde os decretos da Authoridade estaõ censurados brutalmente em notas marginaes escritas de sua letra, e que deviaõ lerse na mesa de huma casa de pasto do Rio de Janeyro."

O Governo tem sido demasiado largo na enumeraçaõ dos attentados do Sr. Leitte, ainda que supprimio muitos, e referio otros ligeiramentente: porém cré assim satisfazer seu desejo de provar ao Governo de S. M. a Rainha de Portugal, e ao Corpo Consular d'esta cidade, que lhe hé impossivel sofer mais ao Sr. Leitte em seus escandalosos abusos do seu caracter, e que na resoluçaõ que adopta, obra com sobrada justiça, e em homenagem á mesma Naçaõ Portugueza. Em sua consequencia, em conselho de Ministros, acorda.

Art. 1.° Fica suspendido desde esta data o *exequatur* dado a nomeaçaõ de D. Leonardo de Souza Leitte para Consul General de Portugal nesta cidade.

Art. 2.° O expresado D. Leocardo de Souza Leitte sahirá fora d'esta Capital no termo de seis dias contados desde hoje, e poderá trasladarse no ponto que elega.

Art. 3.° Publique-se, circule-se ao Corpo Consular, e insira-se no Registro Nacional.

*Joaquin Suarez—Santiago Vazquez—Melchor Pacheco y Obes—José de Bejar.*

Está conforme—Juan A. Gelly.

## *No. 2.*

## *Ministerio de Relaçoes Exteriores.*

Montevideo, 23 de Agosto de 1839.

O abaixo assignado encarregado do Ministerio de Relaçoes Exteriores tem a honra de dirigir-se ao Sr. Consul de S. M. F. para manifestar-lhe que S. E. o Sr. Vice-Presidente da Republica lhe deu ordem de por em suas maõs a copia junta, authorizada do certificado que expedio o Sr. Capitaõ do porto, assim como da informaçaõ mandada levantar pelo Goberno para esclarecimento do successo acontecido no molhe no dia 6 do corrente, com hum marinheiro da curveta de guerra brazileira *Regeneraçaõ*; e como de elle resulta que o Sr Consul prestou n'aquella ocasiaõ hum distinguido serviço dissipando com sua respeitavel intervençaõ o tumulto popular que tinha promovido a precipitaçaõ de hum Official da mencionada curveta *Regeneraçaõ*, e preservado a este de violencias que teriaõ sido muy lamentaveis para a authoridade, S. E. encarregou tambem ao abaixo assignado, dé ao Sr. Consul en nome do Governo os mais expressivos agradecimentos por esta nova e signalada prova do seu zelo pela ordem publica.

Deixando assim cumpridas as ordens de S. E. o Sr. Vice-Presidente da Republica o abaixo assignado aproveita a opportunidade de reiterar ao Sr. Consul de S. M. F. os sentimentos do seu apreço mais distinguido.

Andres Lamas.

Ao Sr. D. Leonardo de Souza Leitte Azevedo—Consul de S. M. F. na Republica.

## *No. 3.*

## *Camara dos Senadores (hoje de dignos Pares) em Portugal.*

Sessaõ de 21 de Julho de 1840.

O Sr. Baraõ da Ribeira de Sabroza ............

Quando o Imperio precisa de marinheiros naõ se convidam os Portuguezes a servir, pelo contrario, na vespora da viagem reune-se a huma especie de *pressa*, e lá vaõ os Portuguezes sem que s'attenda ás suas reclamaçoens. D'aqui veio huma desintelligencia sobre a qual eu pediria á S. E o obsequio de huma explicaçaõ. O nosso benemerito Consul em Montevideo foi Capitaõ de Voluntarios Reaes d'El Rey; este moço casou-se alli, pedio a sua demissaõ, e obteve o lugar de Consul de Portugal naquella Republica. Foraõ la ter alguns Portuguezes indevidamente presos; e arrestados ao serviço naval do Imperio do Brazil, queixáraõ-se á authoridade que alli encontráraõ: d'aqui procedeo depois alguma desavença entre o nosso Consul, e o Commandante de huma embarcaçaõ de guerra do Brazil. Sei agora, Sr. Presidente, que o Governo Brazileiro pertende que o Governo Portuguez demitta o seu Consul. Eu espero da Rainha naõ levará a sua complacencia a taõ baixo ponto, nem consentirá que o Governo do Brazil, depois de menoscabar o nosso Encarregado de Negocios no Rio, estenda ainda o seu dominio ao nosso Consul na Republica Oriental.

*O Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros:*—Eu tenho visto esse negocio com vagar; e combinados os officios do nosso Consul, elle justifica-se muito bem; porque na verdade houve algum excesso de parte de individuos da embarcaçaõ de guerra Brazileira, e elle, levado de um zelo que estou muito longe de condemnar, deu hum pequeno passo que me naõ parece ser de muita prudencia, o que o nobre Baraõ sabe muito bem. Mas o Governo naõ está de accordo de fazer mais do que aquillo que pareça huma reprehensaõ, mas elogiando-o por outra parte: isto hé o que me pareco curial, porque na verdade nós devemos attender as pertençoens justas, e arredar-nos das caprichosas.

*O Sr. Barao da Ribeira de Sabroza:* Fico muito satisfeito, naõ so como homem publico, mas como homem particular; como homem publico, porque tenho interesse pelo decoro da Naçaõ; como homem particular, porque fui camarada do Consul em questaõ, naquellas mesmas regioens, e sei que serve con muito zelo.

## *N.° 4.*

## *Consulado Geral de Portugal na Republica Oriental do Uruguay—(Núm. 57.)*

Exmo. Sr—

O abaixo assignado, Consul Geral da Naçaõ Portugueza na Republica Oriental do Uruguay, tem a honra de levar ao conhecimiento de S. E. o Sr Ministro Secretario d'Estado de Relaçoens Exteriores da mesma Republica, que tendo passado ultimamente á capital da Republica Argentina, foi alli informado de que no paquete *Rosa* foi enviado d'esta, e rotulado a *Mr. Bazin*, Ayudante d'ordens de S. E o Contra-Almirante Mr. Dupotet, hum pequeno fardo acompanhado de huma carta em seu nome datada nesta cidade em 17 de Março ultimo (copia núm. 1.) na qual com falça assignatura e sello do abaixo assignado lhe pedia o entregasse ao Exmo. Governador e Capitaõ General da Provincia de Buenos Aires, D. Joaõ Manoel Rosas, para o qual se falsificou tambem outra carta em seu nome com aquella data (copia núm. 2.) e que roto o sobreescrito do citado pequeno fardo, s'encontráraõ os diplomas de membro da *Sociedade de Antiquarios*, que ella lhe despachou com huma carta do seu Presidente e Secretario alusiva aos mesmos diplomas, e huma caixinha com capa de casimira blanca, e vivos encarnados, dentro da qual s'encontrou hum apparato capaz de assassinar a qualquer que a abrisse, porem que naõ surtio effeito por mal accondicionada na ocasiaõ a que parecia estar de tinada

O abaixo assignado foi acreditado de que naõ tinha subscripto taes cartas, e que ellas eraõ apocriphas; e tanto mais facilmente quanto que, fazendo-se-lhe justiça, nem ainda durante a duvida de serem ou naõ suas, se atribuio tal sucesso a outra causa ou motivo que a engano sofrido.

Naquella mesma occasiaõ se lhe manifestou outra carta, á maneira das duas primeiras, datada tambem nesta cidade em 25 d' aquelle mez (copia núm. 3) dirigida a Schiaffino, Capitaõ do Paquete *Rosa*, prevenida-lhe naõ deixase de recolher, e trazer recibo d' aquelle pequeno fardo, o qual tinha sido entregue ao moço da Camara, por naõ estar elle abordo n'aquella occasiaõ.

Por esta succincta narraçaõ, S E. se convencerá de que se procurou comprometter atrozmente ao abaixo assignado, abusando do seu nome, e falsificando sua assignatura e sello para fins criminosos.

E como lhe parece que possaõ interesar ao superior Governo estas noticias, cré do seu dever communicar-lhas.

Ao abaixo assignado confiou, pelo mesmo principio, o Governo de Buenos Aires os originaes das copias que acompanha, e os sellos con que hiaõ cerradas, que poderá apresentar a S. E. se assim o dezejar, no dia e hora que lhe designe.

O abaixo assignado reitera a S. E. o Sr. Ministro a quem se dirige os protestos do seu respeito, e particular consideraçaõ.

Deos guarde a S. E. o Sr. *Ministro*: Consulado Geral de Portugal, Montevideo 14 d' Abril de 1841.

Exmo. Sr. Ministro Secretario d' Estado de Relaçoes Exteriores da Republica Oriental do Uruguay, D. Francisco Antonio Vidal.

Leonardo de Souza Leitte Azevedo.

## *No. 5.*

**Copia de hum officio do Exmo. Sr. Ministro Plenipotenciario de S. M. F. no Rio do Janeiro en 20 Maio de 1841, dirigido ao Consul Geral de Portugal.**

## *Legaçaõ Portugueza no Rio do Janeiro.*

Já eraõ conhecidos aqui pelos papeis publicos os acontecimientos que formaõ o assumpto dos officios que V. se servio dirigir-me com os Nos. 4, e 5, e estou bem certo de que o Governo de S. M. a Rainha há de ficar muito satisfeito, vendo o modo franco e animoso con que V. se conduzio no desagradavel comprometimento em que s'achou envolvido. Eu assentava que V. devia exigir do Governo de Montevideo que mandasse *ex officio* proceder a huma devassa, summario, ou quaesquer investigacoens judiciaes, que fossem authorizadas pelas leis d'essa Republica, para vir no conhecimento da pessoa, ou pessoas que urdiraõ aquella trama infame. Naõ porque essa descoberta seja necessaria para prova da innocencia de V., mas por convir ao decoro do mesmo Governo dar hum testemunho publico de que procura combater os seus inimigos unicamente com as armas admittidas pelo Direito de Gentes, e que desaprova tentativas proprias d'assassinos perfidos, e barbaros.

Estou igualmente convencido que naõ seria dificultoso achar os perpetradores d'aquella detestavel traiçaõ; e inclinome athé a crer que elles estejaõ indicados com quasi certexa; porém tal hé o predominio das paizoens, e da immoralidade, que naõ só escaparáõ ao castigo, mas seraõ reputados bons patriotas por muita gente.

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

appelés par Nuñez á se dépouiller des insignes du gouvernement, et á se reunir á ce transfuge. Tous ces faits sont consignes dans la procedure suivie sur cette conspiration, par le juge du tribunal civil D. Manuel Herrera y Obes, remplaçant, pour cause d'empêchement, le juge du crime. Toutes les pièces ont été publiées en entier dans les journaux de cette ville.

En août de cette année le lieutenant de Rosas envoya à bord de la même corvette portugaise *D. Juan* 1.°, son agent D. Ruperto Carreras pour traiter avec Mr. Charpentier, des moyens de livrer cette place, en subornant un des corps de la garnison. Ce fut á bord de ce navire que se tinrent les conférences de ce complot, dont les détails sont rapportés par Mr. Charpentier dans sa déclaration devant D. Andrés Lamas, chef politique de cette ville. Elle à été publiée dans les journaux de la capitale.

Pour peu qu'on soit instruit des antécédens de Mr. Leitte, on ne se persuadera pas que le Capitaine de la corvette *D Juan* 1.°, homme nouveau dans ce pays, ami et convive de Mr. Leitte, eût agi pour son compte, sans y être entraîné par *Mr.* Leitte: et ce qui ajoute á cette conviction, c'est que ce dernier n'a jamais fait la moindre démarche pour contenir les atteintes de ce Commandant contre le pays, ni pour satisfaire le Gouvernement qui ne les ignorait pas.

La maison de Monsieur Leitte a été toute cette année l'asyle, non pas des malheureux, mais des conspirateurs fugitifs, qui á son abri continuaient leurs coupables menées, et il n'y a pas un seul complot, ni une seule attaque dirigée contre la ville, pour favoriser directement ou indirectement Rosas, dans lesquels Mr. Leitte n'ait joué un rôle plus ou moins principal.

C'est un fait connu par tout le monde, que Mr. Leitte entretient une correspondance suivie avec le campement ennemi, et que c'est en cela qu'il occupe les petites embarcations des navires de guerre portugais. Son mauvais sort a voulu que le gouvernement ait acquis une preuve écrite de ce fait, de la propre main de Mr. Leitte. A la fin d'août dernier, des forces de cette place capturérent pres de la côte, occupée par l'ennemi, un canot monté par quatre matelots portugais. L'un d'eux était porteur d'une lettre, pour un individu qui est auprès du Général ennemi, et qui jouit de sa confiance. Ce papier, d'un sens perfide, était écrit de la main de Mr. Leitte, et portait la signature de *Job*, comme pour marquer la patience avec laquelle Mr. Leitte attendait la prise de la place.

Mr. Leitte n'a pas moins abusé de sa correspondance avec l'étranger pour miner le crédit de cette république. Le gouvernement possède les copies de quelques-unes de ses lettres, écrites dans ce but, et jusqu'a des journaux de cette capitale où les actes de l'autorité sont censurés brutalement dans des notes marginales, tracées de sa main, et qui devaient être lues chez un restaurant á Rio Janeiro.

Le Gouvernement s'est arrêté long-temps sur les attentats de Mr. Leitte, bien qu'il en ait supprimé beaucoup, et qu'il n'ait fait que glisser rapidement sur d'autres: mais il a cru satisfaire ainsi le desir qu'il a de prouver au Gouvernement de S. M. la Reine de Portugal, et au corps consulaire de cette ville, qu'il lui était impossible de souffrir plus long-temps les abus scandaleux que Mr. Leitte fait de sa dignité, et que dans la résolution qu'il adopte, il agit avec beaucoup de justice, et sans manquer aux egards dus á la nation portugaise elle-même. Par conséquent, il arrête dans son conseil des Ministres—

Art. 1.° A compter dès ce jour, l' *exequatur* mis á la nomination de D. Léonard de Souza Leitte, comme Consul Général de Portugal dans cette ville, reste sans effet.

2.° Le sousdit D. Leonard Souza Leitte sortira de cette capitale dans le délai de six jours, á compter dès aujourd'hui, et il pourra se rendre où bon lui semblera.

3.° Le présent décret sera publié, notifié au corps consulaire, et inséré dans le Régistre National.

*Joaquin Suarez—Santiago Vasquez—Melchor Pacheco y Obes—José de Bejar.*

Conforme—Juan A. Gelly.

## *Num. 2.*

## *Ministère des Affaires Etrangéres.*

Montévideo, 23 août 1839.

Le soussigné, chargè du ministère des affaires étrangères, a l' honneur de s' adresser á Mr. le Consul de Sa Majesté trés-Fidèle, pour lui faire savoir qu' il a reçu l' ordre de S. E. Monsieur le Vice-Président de la République de remettre entre ses mains la copie légalisée du certificat délivré par Mr. le capitaine du port, ainsi que de l' enquête dressee par ordre du Gouvernement, pour éclaircir le fait survenu au môle le 6 du courant avec un matelot de la corvette de guerre brésilienne *Régénération*; et comme il en résulte que dans cette circonstance Mr. le Consul a rendu un service distingué, en dissipant par sa respectable intervention l' émeute populaire qu'avait occasionnée la vivacité d'un officier de la dite corvette *Régénération*, en mettant ce même officier á l'abri des violences qui auraient été très-déplorables pour l'autorité, S. E. a également chargé le soussigné d' adresser á Mr. le Consul, au nom du Gouvernement, les remercîmens les plus positifs pour cette nouvelle et remarquable preuve de son zèle pour l'ordre publique.

Ayant ainsi rempli les ordres de S. E. Monsieur le Vice-Président de la République, le soussigné profite de cette occasion pour renouveller à Mr. le Consul de Sa Majesté très-Fidèle les sentimens de son estime la plus distinguée.

Andres Lamas.

A Mr. Leonard de Souza Leitte Azevedo, Consul de Sa Majesté très-Fidèle près cette République.

## *Num. 3.*

*Chambre des Sénateurs (aujourd'hui dignes Pairs) du Royaume de Portugal.*

Séance du 21 Juillet 1840.

*Monsieur le Baron de la Rivera de Sabroza*............Quand l'Empire a besoin de matelots, l'on n'invite pas les Portugais á servir, au contraire, la veille du départ l'on fait une espèce de *presse* où figurent les Portugais sans égard á leurs réclamations. De là s'ensuivit une mésintelligence, sur laquelle je demanderai á V. E. la faveur d'une explication. Notre digne Consul à Montevideo á été capitaine des volontaires royaux du Roi: ce jeune homme se maria dans cette ville, demanda sa démission, et obtint l'emploi de Consul de Portugal près de cette République. Quelques Portugais y furent illégalement arrêtés, et forcés au service naval de l'empire du Brésil: ils se sont plaints á l'autorité qu'ils y ont rencontrée, ce qui donna lieu á un démêlé entre notre Consul et le Commandant d'une embarcation de guerre brésilienne. Je viens d'apprendre, Monsieur le Président, que le Gouvernement du Brésil prétend que le Gouvernement Portugais destitue son Consul. J'espère que le Gouvernement de la Reine ne poussera pas sa complaisance jusqu'á ce point lá, ni consentira á ce que le Gouvernement du Brésil, après avoir humilié notre Chargé d'Affaires á Rio, étende son empire sur notre Consul près de la République Orientale.

*Mr. le Ministre des Affaires Etrangères*—J'ai examiné attentivement cette affaire, et d'après les dépêches combinées de notre Consul, sa justification est complète; parce qu'á dire vrai, il y eut des désordres de la part des individus du navire de guerre brésilien, et lui, poussé par un zèle que je suis loin de blâmer, fit une petite démarche qui ne me paraît point être d'une extrême prudence, ce que le noble Baron n'ignore pas. Mais le Gouvernement n'est pas disposé á faire plus que ce qui ait l'air d'une répréhension, en y accompagnant néanmoins des éloges. C'est ce qui me parait convenable, car á la vérité nous devons céder aux pretentions justes, mais nous résister aux demandes capricieuses.

*Mr le Baron de la Rivera de Sabroza*—Je suis très-satisfait, non seulement comme homme public, mais encore comme homme privé: comme homme public, parceque je m'intéresse á l'honneur de la nation comme homme privé, parceque j'ai été le camarade du Consul en question, dans ces mêmes contrées, et je sais qu'il sert avec beaucoup de zèle.

## *Num. 4.*

*Consulat général de Portugal près la République Orientale de l'Uruguay.*—(N.° 57.)

Monsieur—

Le soussigné, Consul Général de la nation portugaise près la République Orientale de l'Uruguay, a l'honneur de porter á la connaissance de S. E. Mr. le Ministre Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères de la même République, que s' étant rendu dernièrement en la capitale de la République Argentine, il y apprit que par le paquebot *Rosa* on y envoya d'ici, à l'adresse de Mr. Bazin, aide-de-camp de Mr. le Contre-Amiral Dupotet, un petit ballot accompagné d'une lettre á son nom, datée en cette ville du 17 mars dernier (v copie n.° 1), dans la quelle, sous une fausse signature, et avec le cachet faux du sous-igné, on le priait de remettre le ballot á S. E. Mr. le Gouverneur et Capitaine Général de la Province de Buenos Aires D. Juan Manuel de Rosas, pour lequel on falsifia également une autre lettre portant la même date (v. copie numero 2): et qu'en brisant l'enveloppe de ce petit paquet, l'on recontra les diplômes de membre de la *Société d'Antiquaires*, qu'on lui envoyait avec une lettre du Président et du Secrétaire concernant les dits diplômes; outre une petite boîte enveloppée de casimir blanc avec des passepoils incarnat, qui contenait un appareil capable de tuer la personne qui l'ouvrirait, mais qui par sa mauvaise confection n'atteignit pas le but auquel elle paraissait destinée.

Le soussigné assura qu'il n'avait pas écrit ces lettres, et qu'elles étaient apocryphes, d'autant plus, qu'en lui fesant justice, même dans le doute qu'elles fussent ou non de lui, on n'attribua cet évènement qu'á une tromperie soufferte.

Dans cette même occasion, on lui montra une autre lettre dans le genre des deux premières, écrite aussi dans cette ville et datée du 25 du même mois (copie n.° 3), adressée á Schiaffino, capitaine du paquebot *Rosa*, pour lui dire de ne pas laisser d'éxiger et d'apporter le reçu du petit ballot qu'on venait de remettre, en son absence, au mousse de la chambre.

D'après ce récit, S. E. convaincra que ce qu'on s'est proposé de faire c'est de compromettre sérieusement le soussigné, en abusant de son nom, et en falsifiant sa signature et son cachet dans un but criminel.

Et comme il lui semble que ces détails peuvent intéresser le Gouvernement, il a cru de son devoir de les lui communiquer.

Par la même raison, le Gouvernement de Buénos Ayres a confié au soussigné les originaux des copies ci-jointes, et les sceaux, dont on s'est servi pour les cacheter; et il pourrait les présenter á S. E., si tel était son désir, le jour et l'heure qu'elle désignera.

Le soussigné renouvelle á S. E. Mr. le Ministre auquel il se dirige, les assurances de son respect et de sa considération particulière.

Dieu garde S. E. Monsieur le Ministre. Consulat Général de Portugal—Montévideo 14 avril 1841.

A S. E. Monsieur le Ministre Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères de la République Orientale de l'Uruguay, D. Francisco Antonino Vidal.

Leonardo de Souza Leitte Azevedo,

## *Num. 5.*

*Copie d'une dépêche de S. E. Monsieur le Ministre Plénipotentiaire de Sa Majesté très Fidèle á Rio Janeiro, datée du 20 mai 1841, et adressée au Consul Général de Portugal á Montévideo.*

Légation Portugaise á Rio-Janeiro.

L'on connaissait déjá ici, par les feuilles publiques, les événemens qui forment l' objet des dépêches que vous m'adressez sous les numeros 4 et 5; et je ne doute pas que le Gouvernement de la Reine sera très-satisfait de la manière franche et courageuse avec laquelle vous vous êtes conduit dans la désagréable affaire où vous vous êtes trouvé engagé. Mon avis est que vous devez exiger du gouvernement

En Agosto de este mismo año el Gefe de Rosas envió á la misma corbeta portuguesa "D Juan 1.°" á su Agente D. Ruperto Carreras para tramar la entrega de esta plaza con Mr. Charpentier, seduciendo uno de los cuerpos de la guarnicion. En la corbeta tuvieron lugar las conferencias de esta maquinacion (complot) Todos sus detalles constan de la declaracion de Mr. Charpentier ante el Gefe Politico de esta Ciudad, D. Andres Lamas, que fué publicada en los diarios de esta Capital

Ninguno que esté instruido de los antecedentes del Sr. Leitte se persuadirá que el Capitan de la corbeta "D. Juan 1.°" nuevo en este pais, amigo y comensal del Sr. Leitte, obrase por impulso propio, sino por seduccion del Sr. Leitte: y lo prueba bien, no dar este nunca el menor paso para contener las hostilidades de ese Comandante contra este pais, ni para satisfacer al Gobierno muy al cabo de ellas.

La casa del Sr. Leitte ha sido todo este año abrigo, no de desgraciados, sino de prófugos conspiradores, que desde su seno han proseguido en sus culpables manejos, y no hay una sola maquinacion, un solo ataque organizado en esta Ciudad, para favorecer directa ó indirectamente á Rosas, en que el Señor Leitte no haga un papel mas ó menos principal.

Es de notoriedad que el Sr. Leitte mantiene correspondencia seguida con el campo enemigo, y que este ha sido, y es, el empleo de las embarcaciones menores de los buques de guerra Portugueses La suerte del Sr. Leitte quiso que de esto tenga tambien el Gobierno un documento de su puño y letra. A fines de Agosto último, las fuerzas de esta plaza tomaron cerca de la costa que ocupa el enemigo, un bote con cuatro hombres todos portugueses Uno de ellos conducia á persona que está con el General enemigo, y goza de su favor, un papel de letra del Sr. Leitte, de contenido pérfido, y con la firma de—Job—indicativo de la paciencia del Sr. Leitte en esperar la toma de esta plaza.

No ha sido menos abusivo el Sr. Leitte en su correspondencia con el extrangero para menoscabar el crédito de esta República. Tiene el Gobierno copias de algunas de estas cartas destinadas á este objeto, y hasta periódicos de esta capital donde los Decretos de la autoridad están censurados en notas marginales, escritas de su letra, y que debian leerse en la mesa de una *Taberna* (Fonda) del Rio Janeiro.

El Gobierno ha sido demasiado largo en la enumeracion de los atentados del Sr. Leitte, aunque ha suprimido mucho y referido otros ligeramente; pero cree asi satisfacer su deseo de probar al Gobierno de S. M. la Reina de Portugal, y al cuerpo Consular de esta Ciudad que le es imposible sufrir mas al Sr. Leitte en sus escandalosos abusos de su carácter, y que en la resolucion que adopta ahora, obra con sobrada justicia, y en homenage á la misma nacion Portuguesa. En su consecuencia, en consejo de Ministros, acuerda—

Art. 1.° Queda suspendido desde esta fecha el *exequatur* dado al nombramiento de D. Leonardo de Souza Leitte para Cónsul General de Portugal en esta Ciudad.

Art. 2.° El expresado D. Leonardo de Souza Leitte saldrá fuera de esta Capital en el término de seis dias contados desde hoy, y podrá trasladarse al punto que elija.

Art. 3.° Publíquese, circúlese al Cuerpo Consular, é inscribase en el Registro Nacional.

*Joaquin Suarez—Santiago Vasquez—Melchor Pacheco y Obes—José de Bejar.*

Está conforme—Juan A. Gelly.

## NUM. 2.

## *Ministerio de Relaciones Exteriores.*

Montevideo, 23 de Agosto de 1839.

El abajo firmado encargado del Ministerio de Relaciones Exteriores, tiene la honra de dirigirse al Sr. Cónsul de S. M. F, para manifestarle que S. E. el Sr. Vice-Presidente de la República le dió órden de poner en sus manos la copia adjunta autorizada, del certificado que expidió el Capitan del Puerto, asi como de la informacion mandada levantar por el Gobierno para esclarecimiento del suceso acontecido en el muelle el dia 6 del corriente, con un marinero de la corbeta de guerra brasilera *Regeneracion*; y como de él resulta que el Sr. Cónsul prestó en aquella ocasion un distinguido servicio, disipando con su respetable intervencion el tumulto popular que habia promovido la precipitacion de un Oficial de la referida corbeta *Regeneracion*, y preservado á este de violencias que hubieran sido muy lamentables para la Autoridad, S. E. encargó tambien al abajo firmado dé al Sr. Cónsul, en nombre del Gobierno, los mas espresivos agradecimientos por esta nueva y señalada prueba de su celo por el órden público.

Dejando asi cumplidas las órdenes de S. E. el Sr. Vice-Presidente de la República, el abajo firmado aprovecha esta oportunidad de reiterar al Sr. Cónsul de S M. F. los sentimientos de su aprecio mas distinguido.

*Andres Lamas.*

Al Sr. D. Leonardo de Souza Leitte Acevedo, Cónsul de S. M. F. en la República—

## NUM. 3.

*Portugal—Cámara de Senadores (hoy Dignos Pares del Reino.)*

Sesion de 21 de Julio de 1840.

*El Sr. Baron de la Rivera de Sabroza*—Cuando el Imperio necesita de marineros no se invitan los portugueses á servir, por el contrario, en la víspera del viage reúnese una especie de *press*, y allá van los portugueseses sin que se atienda á sus reclamaciones. De aqui vino una desinteligencia sobre la que pediria á S. E. el obsequio de una explicacion. Nuestro benemérito Cónsul en Montevideo fué Capitan de Voluntarios Reales de El-Rey; este mozo se casó allí, pidió su dimision, y obtuvo el lugar de Cónsul General en aquella República. Fueron allí algunos portugueses indebidamente presos, y forzados al servicio naval del Imperio del Brasil, se han quejado á la autoridad que allí han encontrado; de aquí procedió alguna desavenencia entre nuestro Cónsul y el Comandante de una embarcacion de guerra del Brasil. Sé ahora, Sr. Presidente, que el Gobierno Brasilero pretende que el Gobierno Portugues dimita á su Cónsul Yo espero que el Gobierno de la Reina no llevará su complacencia á tan bajo punto, ni consentirá que el Gobierno del Brasil, despues de menoscavar á nuestro Encargado de Negocios en el Rio, extienda aun su dominio á nuestro Cónsul en la Republica Oriental.

*El Sr. Ministro de Negocios Extrangeros*—Yo he visto ese negocio despacio, y combinados los oficios de nuetro Cónsul el se justifica muy bien; porque en verdad hubo algun exceso de parte de individuos del buque de guerra Brasilero; y él llevado de un celo que estoy muy lejos de condenar dió un pequeño pase que no me parece ser de mucha prudencia, lo que el noble Baron sabe muy bien—Pero el Gobierno no está de acuerdo de hacer mas que aquello que parezca una reprension; pero elogiándolo por otra parte. Esto es lo que me parece curial, por que á la verdad nos debemos atender á las pretensiones justas, y arredrarnos de las caprichosas

El Sr. *Baron de la Rivera de Sabroza*—Quedo muy satisfecho no solo como hombre público, sino tambien como hombre particular: como hombre público porque tengo interes por el decoro de la Nacion; como hombre particular, porque fui camarada del Cónsul en cuestion, en aquellas mismas regiones, y sé que sirve con mucho celo.

## NUM. 4.

*Consulado General de Portugal en la República Oriental del Uruguay (No. 57).*

Exmo. Señor—

El abajo firmado Cónsul General de Nacion Portuguesa en la República Oriental del Uruguay tiene el honor de llevar al conocimiento de S E. el Sr. Ministro Secretario de Estado de Relaciones Exteriores de la misma República, que habiendo pasado ultimamente á la Capital de la República Argengentina, fué allí informado de que en el paquete *Rosa* fué enviado y rotulado á Mr. Bazin, Ayudante de órdenes de S E. el Contra-Almirante Mr Dupotet, un pequeño fardo acompañado de una carta en su nombre datada en esta Ciudad en 17 de Marzo último (copia núm. 1) en la cual con falsa firma y sello del abajo firmado, se podia le entregase al Exmo. Gobernador y Capitan General de la Provincia de Buenos Ayres, D. Juan Manuel de Rosas, para el cual se falsificó tambien otra carta en su nombre con aquella fecha (copia núm 2) y que roto el sobre escrito del citado pequeño fardo se encontraron los diplomas de Miembro de la Sociedad de Anticuarios, que ella le despachó con una carta de su *Presidente* y Secretario alusiva á los mismos diplomas, y una cajita con capa de casimir blanco y vivos encarnados, dentro de la cual se encontró un aparato capaz de asesinar á cualquiera que la abriese, pero que no surtió efecto por mal acondicionada en la ocasion á que parecia estar destinada.

El abajo firmado fué acreditado de que no habia subscripto tales cartas, y que ellas eran apócrifas, y tanto mas facilmente, cuanto que, haciéndosele justicia, ni aun durante la duda de ser ó no suyas, se atribuyó tal suceso á otra causa ó motivo que á engaño sufrido.

En aquella misma ocasion se le manifestó otra carta á manera de las dos primeras, datada tambien en esta Ciudad en 25 de aquel mes (copia núm. 3) dirigido á Schiafino, capitan del paque *Rosa*, previniéndole no dejase de recoger, ó traer recibo de aquel pequeño fardo, el cual habia sido entregado al mozo de cámara, por no estar el Capitan abordo en aquella ocasion.

Por esta sucinta narracion, S. E. se convencerá de que se procuró comprometer atrozmente al abajo firmado, abusando de su nombre y falsificando su firma y sello para fines criminosos.

Y como le parece que puedan interesar al Superior Gobierno estas noticias, cree de su deber comunicarselas.

Al abajo firmado confió, por el mismo principio, el Gobierno de Buenos Ayres, los originales de las copias que acompaño, y los sellos con que iban cerradas, que podrá presentar á S. E., si asi lo desea, en el dia y hora que le designe.

El abajo firmado reitera á S. E. el Sr. Ministro á quien se dirige las protestas de su respeto, y particular consideracion.

Dios guarde á S. E. muchos años.

Montevideo, 14 de Abril de 1841.

Exmo. Sr. Ministro Secretario de Estado de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay, D. Francisco Antonio Vidal.

*Leonardo de Souza Leitte Azevedo.*

## NUM. 5.

*Copia de un oficio del Exmo. Sr. Ministro Plenipotenciario de S. M. F. en el Rio Janeiro, 20 de Mayo de 1841, dirigido al Cónsul General de Portugal en Montevideo.*

## *Legacion Portuguesa en el Rio Janeiro.*

Ya eran conocidos aqui por los papeles públicos los acontecimientos que forman el asunto de los oficios que V. se sirvió dirigirme con los números 4 y 5; y estoy bien cierto de que el Gobierno de S. M. la Reina ha de quedar muy satisfecho viendo el modo franco y animoso con que V. se ha conducido en el desagradable comprometimiento en que se halló envuelto. Yo asentaba que V. debia exigir del Gobierno de Montevideo que mandase *ex-oficio* proceder á una *enquete*, sumario, ó cualesquiera investigaciones judiciales, que fuesen autorizadas por la leyes de esa República, para venir en el conocimiento de la persona ó personas que han urdido aquella trama infame. No porque esa descubierta sea necesaria para prueba de la inocencia de V., sino *por convenir al decoro del mismo Gobierno dar un testimonio público de que procura combatir á sus enemigos unicamente con las armas admitidas por el Derecho de Gentes; y que desaprueba tentativas propias de asesinos pérfidos y bárbaros*

Estoy igualmente convencido que no seria dificil hallar los perpetradores de aquella detestable traicion; é inclinome hasta á creer que ellos están ya indicados con casi certeza, pero es tal el predominio de las pasiones, y de la inmoralidad que no solamente escaparán al castigo, sino que serán reputados buenos patriotas por

## No. 6.

*Copia de hum Despacho do Illmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros em Portugal ao Consul Geral Leonardo de Souza Leitte Azevedo, em 29 de Setembro de 1841.*

.......................................................................

O Governo de Sua Magestade estimou muito saber por officios do seu Plenipotenciario na Corte do Rio Janeiro, a maneira franca, e briosa, com que V. se houve, logo que foi informado da trama, que taõ infamemente se tinha urdido em seu nome, contra a vida do Presidente Rosas da Republica de Buenos Ayres; sendo por isso digno de louvor o que V. praticou n'aquella occasiaõ: O que Sua Magestade a RAINHA, a quem dei conhecimento d'esta extraordinaria occorrencia, manda participar a V. para sua intelligencia e satisfacçaõ.

## No. 7.

*Copia de hum officio do Exmo. Sr. Ministro Plenipotenciario de S. M. F. no Rio do Janeiro, ao Consul Geral de Portugal Leonardo de Souza Leitte Azevedo, em 14 de Junho de 1841.*

.......................................................................

Ainda que aconselhei a V. que exigisse huma satisfacçaõ pelo abuso que se havia feito ao seu nome e cargo, para commetter hum crime, já pensava que a sua requisiçaõ havia de ser illudida por cualquer pretexto frivolo; porém assim mesmo naõ esperava que este fosse o de "*naõ se poder tomar providencias sobre huma obra, que conhecidamente era de huma intriga occulta;*" por quanto sobre as intrigas occultas de que resultáraõ crimes, hé que se procede a averiguaçaõ. A vista de tal resposta nada ha mais que fazer por certo

.......................................................................

## No. 8.

## Ministerio de Relagoens Exteriares.

Montevideo, 7 de Maio de 1841.

O abaixo assignado, Ministro Secretario de Relaçoens Exteriores, se impoz da nota de 14 d'Abril ultimo do Sr. Consul Geral de Portugal, na qual communica ao Governo que no Paquete *Rosa* foi enviado ao Sr. Bazin hum pequeno fardo com huma carta, na qual com a assignatura do Sr. Consul, e selio d'esse Consulado (ambas cousas falsificadas) se pedia a entregasse ao Governador d'aquella Provincia, e que este fardo, aonde s'encontráraõ diplomas de huma sociedade d'Antiquarios de Europa, continha huma caixa com hum aparato capaz d'assassinar a quem abrisse. O Sr. Consul communica este successo para mostrar que se quiz compromettor o seu sello e assignatura, aos fins que elle possa interessar, accompanhando ao mesmo tempo tres copias certificadas de documentos justificativos do facto.

O abaixo assignado tem a honra de manifestar ao Sr Consul General em resposta, que ao Governo d'esta Republica lhe foi sobre maneira sensivel, que se tivesse querido compromettor por este meio ao Sr. Consul, porém que lhe he summamente lisonjeiro que elle haja logrado desvanecer taõ activamente as consequencias desagradaveis que houvessem podido occasionarse-lhe; *e pelo que diz respeito ao esclarecimento do delito, o Governo naõ pode tomar providencias sobre huma obra que conhecidamente hé de huma intriga occulta.*

O abaixo assignado sauda ao Sr. Consul Geral com sua mais distinguida consideraçaõ.

FRANCISCO ANTONINO VIDAL.

Sr. Consul Geral de Portugal.

## No. 9.

## Consulado Geral de Portugal na Republica Oriental do Uruguay.—(No. 79.)

EXMO, Sr.—

Os publicistas modernos, e o mesmo Wattel, estaõ conformes em que os Consules Geraes nos paises em que residem, gozaõ do caracter d'Agentes Diplomáticos, quando naõ os há alli acreditados; e que neste caso *estaõ exemptos tanto pelo civil, como pelo criminal da jurisdicçaõ das authoridades do paiz em que exercem suas funcçoes:* por isso estranhei ter sido chamado hontem ao julgado do crime; entretanto promptamente obedeci, naõ sõ porque os papeis publicos d'esta capital m'annunciavaõ o seu objecto, e desejava satisfaze-lo; mas tambem porque desejo mostrar a maior deferencia ás authoridades: porém tenho a honra de levar ao conhecimento de V. E. esta circumstancia, para que minha conducta naõ cause exemplar em contra de direito taõ reconhecido.

O fim d'aquelle chamamento foi contestar judicialmente a hum cargo que privadamente parecia querer-se-me fazer pelo Sr. Senador D. Santiago Vasquez, em nota que passou a V. E. com data de 16 do corrente, insorta nos diarios do dia seguinte, relativa á publicaçaõ em Buenos Aires das cartas a que elle mesmo faz referencia; e parece que pelo meu caracter, se deveria exigir minha resposta, para ser com aquella publicada, e naõ corresse á *revelia* huma accusaçaõ contra mim, sem que eu antes fosse ouvido. De todos modos a declaraçaõ que fiz ante o Sr. Juiz do Crime, e convém transmittir a V. E., foi em summa a seguinte.

"Que nos fins de Janeiro ultimo (naõ obstante que recordo agora ser nos principios de Fevereiro) tendo eu noticia por varias pessoas das cartas do Coronel *Chilavert*, e da resposta a ellas dada pelo Sr. Senador *D. Santiago Vasquez*, e movido da curiosidade de lê-las, fallei a *D. José Rivera Indarte* para que as pedisse ao dito Senhor: effectivamente as trouxe a minha casa, e a elle mesmo as devolvi cerradas: he igualmente certo que já entaõ muitas pessoas tinhaõ conhecimento de taes cartas, e que quiçá fosse eu das ultimas que as vi; e que sómente a hum individuo da minha confiança as li; e por ser nessa occasiaõ a hora avançada, lhe franquiei unicamente a resposta dada á aquellas pelo Sr. Senador:—disse que naõ tinha copiado aquellas cartas a pezar de que para isso se me authorizou; e asseverei que ainda quando o tivesse feito, naõ era eu capaz de certo de mandal-as a Buenos Ayres:—Que naõ é exacto o paragrapho que contém a nota do Sr. Senador Vasquez, *de que solicitei com vehemencia a leitura das cartas*, porque jamais vi para esse fim ao dito Senhor, e sómente a D. José Rivera Indarte: Que o Superior Governo, e o Julgado mesmo devem saber que eu naõ sou das pessoas da maior intimidade do Sr. Senador; e que assim como taes cartas me foraõ franqueadas, naõ seria estranho que a algum de seus intimos amigos o fossem igualmente, e que naõ se recorde agora." Foi-me tambem perguntado o nome das pessoas que me fallaraõ em taes cartas, e a quem confiei a resposta.—"Contestei que naõ recordava aquellas: e que esta foi D. Joaõ Susbiela."

Antes de mais nada devo manifestar a V. E. que quando devolvi as citadas cartas e a resposta a ellas, escrevi a D. José Rivera Indarte hum bilhete no qual dizia—"que aquella resposta era excellente; e digna de ser lida; que a copiei, e a mostraria com prazer, porque n'ella soube seu autor misturar o util com o jocoso"—D'este bilhete (escripto a pressa, e sem o ler depois d'escrito) nasce tal vez a affirmativa do Sr. Senador—"*que eu copiei aquellas cartas,*" porque no citado bilhete apparece—*as copiei;* porém lendo-o V. E. conhecerá pelo seu contendo que se refere á resposta d'aquellas cartas, e naõ á estas: *e que naõ estava authorizado para o fazer:* e se eu o naõ estivesse ¿ qual seria o motivo por que entaõ (5 de Fevereiro) naõ se me exigio aquella copia, nem se me prevenio a tal respeito? Porque se guardou silencio entaõ? ¿ Com que fim se conservou athé agora, e taõ cautelosamente aquelle bilhete que s'apresentou ao Julgado? ¿ Quem acreditará que sendo taes cartas, e a resposta, a mim entregues abertas, eu appareça como a unica pessoa a quem se confiaraõ?—Agregue-se a isto, que quando vieraõ a meu poder manifestavaõ que tinhaõ muito uso, e corrido muitas maõs!! Bem poderia succeder—*que alguem se aproveitasse de minha negligencia,* como diz o Sr. Senador: naõ entra isto por certo no numero dos impossiveis; mas n'este caso appareceriaõ a resposta, as copias exactas, e naõ adulteradas, e naõ se omittiria o nome de quem as escreveo!!!—

Seria acaso impossivel que o autor d'ellas mandasse as copias a alguma outra pessoa, e que esta a confiasse a outra que abusasse de tal confiança!! Creio que o Sr. Senador D. Santiago Vasquez a ninguem deu copia de semelhantes cartas, nem concorrea para a sua publicaçaõ na Gazeta de Buenos Aires; mas S. E conhecerá tambem que naõ fui eu a unica pessoa a quem se confiáraõ!! O Superior Governo, V. E., e o mesmo Sr. Senador, sabem que naõ pertenço a nenhum circulo politico, e que respeito a opiniaõ de todos: a franqueza (e oxalá naõ tivesse eu tanta), o respeito as leis, e as Authoridades constituidas, bem como a neutralidade em questões politicas, saõ o meu norte: sabem tambem que sou incapaz de huma perfidia; e assevero a V. E. que ainda quando eu tivesse copiado aquellas cartas, de certo as naõ mandaria a Buenos Ayres.

Naõ sei, Sr. Ministro, por que fatalidade esteja eu condemnado a ver figurar meu nome em repugnantes intrigas, sem que tenha n'ellas a menor parte, porque a ellas sou estranho, a pezar das ciladas que se me armaõ. Conservo occulto o maior sentimento, e pesar, estes s'augmentaõ por naõ poder descubrir as causas nem os motivos; e se os sofro resignado, he porque tenho o convencimento de que *naõ ha segredo que o tempo naõ revele.*

Muito sinto ter sido compelido a fazer a presente manifestaçaõ; e s'outra pessoa que naõ fosse o Sr. Senador D. Santiago Vasquez lançasse sobre mim huma suspeita immerecida em hum documento official dirigido a V. E, e que foi publicado nos diarios d'esta capital (e o será tal vez em muitos outros) de certo que o silencio seria a minha resposta.

Rogo á V. E, que, levando o expendido ao conhecimento do Superior Governo, me faça a justiça d'acreditar que naõ sou capaz de commetter acçoens que naõ estaõ conformes nem com o meu caracter, nem com os meus principios, e que se as tivesse commettido teria a franqueza de dize-lo.

Tenho a honra de saudar a V. E. reiterando os protestos de minha maior consideraçaõ.

Deos guarde a V. E. Consulado Geral do Portugal, Montevideo 19 de Março de 1842.

Exmo Sr. D. Francisco Antonino Vidal—Ministro Secretario de Estado de Relaçoens Exteriores.

LEONARDO DE SOUZA LEITTE AZEVEDO.
Consul Geral.

---

de Montévideo qu'on procède d'office á une enquête, á un sommaire ou perquisition judiciaire, autorisée par les lois de cette République, afin de parvenir á découvrir la personne, ou les personnes qui ont ourdi cette trame inique. Non pas que cette découverte soit nécessaire pour prouver votre innocence, mais *parcequ'il convient á l'honneur du gouvernement lui même de donner un témoignage public de son empressement á poursuivre ses ennemis avec les armes admises par le droit des gens, et qu'il désapprouve des tentatives dignes d'assassins perfides et barbares.*

Je suis également convaincu qu'il ne serait pas difficile d'atteindre les auteurs de cette détestable trahison; et je vais jusqu'á croire qu'on pourrait les marquer sans s'y tromper: mais tel est l'empire des passions et de l'immoralité, que non seulement ils échapperont au châtiment, mais qu'auprès de beaucoup de gens, ils passeront pour de bons patriotes.......................

## Num. 6.

*Copie d'une dépêche de S. E. Monsieur le Ministre Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères de Portugal, adressée au Consul Général Leonard de Souza Leitte Azevedo, le 29 Septembre 1841.*

........................ Le Gouvernement de S. M. a appris avec beaucoup de satisfaction, par son Plénipotentiaire près la cour de Rio-Janeiro, la manière franche et courageuse avec laquelle vous vous êtes comporte, dès que vous fûtes informé de la trame ourdie d'une manière si infame en vôtre nom, contre la vie de *Rosas*, Président de la République de Buénos Aires; étant digne d'éloges tout ce que vous avez fait dans cette circonstance. Ce que S. M. la Reine, á qui j'ai rendu compte de cet incident extraordinaire, me charge de vous exprimer pour votre intelligence et satisfaction.

## Num. 7.

*Copie d'une autre dépêche de S E. Monsieur le Ministre Plénipotentiaire de S. M Très-Fidèle á Rio Janeiro, adressée au Consul Général de Portugal, Leonardo de Souza Leitte Azevedo, en date du 14 juin 1841.*

................ Bien que je vous aie conseillé d'exiger une satisfaction pour l'abus indigne qu'on a fait de votre nom et de votre rang, pour commettre un crime, je pensais que votre requête serait éludée sous quelque prétexte frivole: mais, même ainsi, je n'espérais pas que ce prétexte, serait *qu'il était impossible de prendre aucune mesure contre un acte qui, au jugement de tout le monde, appartient á une intrigue secrète—* car c'est précisément contre les intrigues secrètes, qui enfantent des crimes, qu'il faut procéder aux perquisitions. Une pareille reponse certainement ne laisse plus rien á faire...........

## Num. 8.

## Ministére des Relations Estérieures.

Montevideo, le 7 mai 1841.

Le soussigné. Ministre Secrétaire des Affaires Etrangères, a pris connaissance de la note de Monsieur le Consul Général de Portugal, du 14 avril dernier, par laquelle il communique au Gouvernement que dans le paquebot *Rosa*, fut envoyé á M. Bazin un petit paquet avec une lettre, dans laquelle, sous la signature de Monsieur le Consul, et avec le cachet de son consulat (falsifiés le deux) on le priait de le remettre au Gouverneur de la Province de Buénos Aires: et que ce paquet, dans lequel on avait mis le diplôme d'une Société d'Antiquaires d'Europe, renfermait une boîte avec un appareil capable de tuer la personne qui l'ouvrirait. Monsieur le Consul donne communication de cet événement, pour prouver qu'on a voulu compromettre son cachet et sa signature, pour ce qui peut convenir á ses intérêts; en accompagnant en même temps trois copies légalisées de pièces justificatives de ce fait.

Le soussigné a l'honneur de manifester en réponse á Mr. le Consul Général, qu'il a été très-sensible au Gouvernement de cette République qu'on ait prétendu le compromettre de cette manière; mais qu'il lui a été très agréable aussi que Mr. le Consul ait pu empêcher si promptement les conséquences fâcheuses qui auraient pu en résulter pour lui: et pour ce qui regarde l'éclaircissement du crime, le Gouvernement ne peut prendre aucune mesure sur un fait qui tient évidemment á une intrigue secrète.

Le soussigné salue Mr le Consul Général avec sa considération la plus distinguée.

(*signé*)——FRANCISCO ANTONINO VIDAL.

Monsieur le Consul Géneral de Portugal.

## Num. 9.

## Consulat général de Portugal prés la République Orientale de l'Uruguay.

MONSIEUR—

Les publicistes modernes, et Vattel lui même, sont d'accord que les Consuls Généraux dans le pais où ils résident, jouissent du caractère d'agens diplomatiques, quand il n'y en a pas d'accrédités; et que dans ce cas *ils sont exempts, tant au civil qu'au criminel, de la jurisdiction des autorités du pays ou ils exercent leurs fonctions:* pour cette raison j'ai trouvé étrange qu'on m'ait appelé hier au tribunal criminel. J'ai néanmoins obéi sans retard, non seulement parceque les feuilles publiques de cette capitale m'annonçaient l'objet de cette citation, et que je désirais y répondre, mais encore, parceque je voulais montrer la plus grande déférence aux autorités. Mais j'ai l'honneur de faire part de cette circonstance á Votre Excellence, pour que ma conduite ne puisse pas être alléguée comme un exemple contre un droit si reconnu.

L'objet de cette citation a été de repondre judiciairement á une accusation dirigée particulièrement contre moi par *Mr.* le sénateur D. Santiago Vazquez, d'après une note passée á Votre Excellence en date du 16 du courant, et insérée dans les journaux du lendemain, relative á la publication á Buenos Aires de lettres auxquelles il se réfère lui-même; et il me semble que pour mon caractère, on aurait dû exiger ma réponse pour être publiée conjointement, et ne point laisser courir une accusation contre moi sans m'avoir entendu de avance. Dans tous les cas, la déclaration que j'ai faite devant Mr. le juge du crime, et qu'il convient que je transmette á V E., a été sommairement celle-ci.

"A fin de janvier dernier (bien que je me rappelle maintenant que ce fut au commencement de février) ayant eu connaissance, par différentes personnes, des lettres du colonel Chilavert, et de la reponse á elles faite par Mr. le sénateur D. Santiago Vasquez, poussé par la curiosité de les lire, j'en parlai á D. José Rivera Indarte pour qu'il les demandât á ce Monsieur: effectivement il les apporta chez moi, et je les lui rendis cachetés. Il est également certain que beaucoup de personnes avaient déjà connaissance de ces lettres, et que j'étais peut être un des derniers qui les eût vues; que je les avais seulement lues á un individu de ma confiance, et qu'à cause de l'heure déjà avancée, je lui avais prêté uniquement la réponse faite par Mr. le Sénateur:—j'ai dit que je n'avais point copié ces lettres, bien que j'eusse été autorisé á le faire; et j'ai affirmé que, quand même je l'eusse fait, je n'étais pas capable pour sûr de les envoyer á Buenos-Ayres; qu'il n'est point exact le paragrapho de la note de Mr. le sénateur Vasquez, où il est dit que *j'ai sollicité avec instance la lecture des lettres*, car je n'ai jamais vu ce Monsieur pour cela, mais seulement D. José Rivera Indarte; que les sommités du Gouvernement, et le tribunal lui même, doivent savoir que je n'ai pas une grande intimité avec *Mr.* le Sénateur, et que pourtant les lettres m'ayant été prêtées, il ne serait pas étrange qu'elles l'eussent été de même á quelqu'un de ses amis intimes, et qu'il ne s'en souvint pas maintenant." "Ayant été également interrogé sur le nom des personnes avec lesquelles j'avais causé de ces lettres, comme aussi de l'individu á qui j'avais confié la réponse, je répondis que je ne me souvenais point des premières, et que le dernier était D. Juan Susviela."

Avant de rien ajouter, je dois déclarer á V E. que quand je rendis les lettres mentionnées, et la réponse qui leur fut faite, j'écrivis á D. Jose Rivera Indarte un billet dans lequel je disais; "que cette réponse était excellente et digne d'être lue; que je l'avais copiée, et la montrerais avec plaisir, parceque son auteur y avait su marier l'utile au plaisant." De ce billet (écrit a la hâte, et sans le relire) il résulte néanmoins l'affirmation de Mr le Sénateur "que je copiai les lettres," parcequ'il est dit dans ce billet "*Je les copiai:*" mais en le lisant, V. E. verra par son contenu qu'il se rapporte á la réponse faite aux lettres, et non aux lettres elles-mêmes. Je n'étais pas autorisé á le faire," et si je ne l'étais pas, quel pouvait être le motif pour lequel á cette époque (le 5 fevrier) l'on ne reclama pas de moi cette copie, et qu'on ne me passa pas la moindre avis á cet égard? Pour quoi garda-t-on alors le silence? Dans quel but a-t-on conservé jusqu'á présent, et avec tant d'arifice, ce billet qui m'a été presenté au tribunal. Qui pourra faire croire que ces lettres et leur réponse m'ayant été livrées ouvertes, j'apparaisse comme l'unique personne á qui elles ont été confiées? Ajoutez á cela, que quand elles vinrent en mon pouvoir, elles portaient l'empreinte d'avoir beaucoup servi, et couru par beaucoup de mains. Il pourrait bien arriver "que quelque personne mit á profit ma negligence," comme dit *Mr.* le Sénateur; ce qu'assurément n'entre pas dans le nombre des choses impossibles: mais dans ce cas la réponse et les copies apparaîtraient dans toute leur exactitude, et non pas falsifiés, et on n'aurait pas non plus omis le nom de celui qui les avait écrites!

Serait-il par hazard impossible que l'auteur eut envoyé des copies á quelqu'autre personne, et que celle-ci les eut confiées á une troisième, qui abusât de cette confiance? Je crois que *Mr.* le Sénateur D. Santiago Vazquez n'a donné á personne copie de ces lettres, ni coopéré á leur publication dans le Gazette de Buenos-Ayres: mais V. E. saura également que je n'ai pas été l'unique personne á qui elles ont été confiés! Le chef du gouvernement, Votre Excellence, et *Monsieur* le Sénateur lui même, savent que je n'appartiens á aucun cercle politique, et que je respecte l'opinion de touts: la franchise (et plût á Dieu que je n'en eusse pas autant,) le respect aux lois et aux autorités constituées, ainsi que la neutralité dans les questions politiques, voilá ma boussole: ils savent également que je suis incapable d'une perfidie, et j'assure á V. E. que, quand même j'eusse pris copie des lettres en question, je ne les aurais certainement pas envoyées á Buenos-Ayres.

Je ne sais, Mr. le Ministre, par quelle fatalité je suis condamné á voir figurer mon nom dans d'aussi dégoûtantes intrigues, sans y avoir pris la moindre part, vu que je leur suis étranger, malgré tout ce qu'on ait pu accumuler contre moi. J'en éprouve le plus vif chagrin, qui ne fait que s'augmenter, parceque je ne puis découvrir les causes qui le motivent; et si je le souffre avec résignation c'est que *j'ai la confiance intime qu'il est point de secret que le temps ne découvre.*

Je regrette beaucoup de m'être vu forcé de faire la présente manifestation, et si toute autre personne que Mr. le Sénateur D. Santiago Vasquez eut exprimé contre moi un soupçon aussi injuste dans un document officiel adressé á V. E., et publié dans les journaux de cette capitale (et qui le sera peut-être dans beaucoup d'autres), le silence aurait été pour sûr toute ma réponse.

Je prie V. E., lors qu'elle portera cet exposé á la connaissance du Gouvernement, de me faire la justice de croire que je suis incapable de commetre des actions qui ne sont pas d'accord avec mon rang et avec mes principes, et que si je les avais commises, j'aurais la franchise de l'avouer.

J'ai l'honneur de saluer V. E., en lui renouvellant les assurances de ma plus haute considération.

Dieu garde V. E.—Montévideo le 19 mars 1842.

A S. E. Monsieur D. Francisco Antonino Vidal, Ministre Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères.

LEONARDO DE SOUZA LEITTE AZEVEDO,
Consul Général.

---

mucha gente...................................................

## NUM. 6.

*Copia de un despacho del Ilmo. y Exmo. Sr. Ministro Secretario de Estado de Negocios Extrangeros, en Portugal, dirigido al Cónsul General Leonardo de Souza Leitte Acevedo, en 29 de Setiembre de 1841.*

..............El Gobierno de Su Magestad estimó mucho saber por oficios de su Plenipotenciario en la Corte del Rio Janeiro, la manera franca, y briosa con que V se hubo, luego que fué informado de la trama que tan infamemente se habia urdido en su nombre, contra la vida del Presidente *Rosas* de la República de Buenos Ayres; siendo por eso digno de loor lo que V. practicó en aquella ocasion—Lo que S. M La Reina á quien di conocimiento de esta extraordinaria ocurrencia manda participar á V. para su inteligencia y satisfaccion.

## NUM. 7.

*Copia de otro oficio del Exmo. Sr. Ministro Plenipotenciario de S. M. F. en el Rio Janeiro, al Cónsul General de Portugal, Leonardo de Souza Leitte Azevedo, en 14 de Junio de 1841.*

............ Aunque aconsejé á V. que exigiese una satisfaccion por el abuso que se habia hecho de su nombre y cargo para cometer un crimen, ya pensaba que su requisicion habia de ser iludida por cualquier pretesto frivolo; pero asi mismo no esperaba que este fuese el de "*no se puede tomar providencia sobre una obra, que conocidamente era de una intriga oculta*" por cuanto sobre las intrigas ocultas de que han resultado crimenes, es que se procede á averiguaciacion. En vista de las respuestas nada hay mas que hacer por cierto..........................

## Núm. 8.

## Ministerio de Relaciones Exteriores.

Montevideo, 7 de Mayo de 1841.

El abajo firmado Ministro Secretario de Relaciones Exteriores se impuso de la nota de 14 de Abril último del Señor Cónsul General de Portugal, en la cual comunica al Gobierno que en el Paquete *Rosa* fué enviado al Señor Bazin un pequeño fardo con una carta, en la que, con la firma del Señor Cónsul, y sello de ese Consulado (ambas cosas falsificadas) se pedia la entregase al Gobernador de aquella Provincia, y que este fardo á donde se encontraron diplomas de una Sociedad de Anticuarios de Europa, contenia una caja con un aparato capaz de asesinar á quien la abriese. El Señor Cónsul comunica este suceso para mostrar que se quiso comprometer á su sello y firma, á los fines que pueda interesar, acompañando al mismo tiempo tres copias certificadas, de documentos justificativos del hecho.

El abajo firmado tiene la honra de manifestar al Señor Cónsul General en respuesta, que al Gobierno de esta República le ha sido sobre manera sensible que se hubiese querido comprometer por ese medio al Señor Cónsul, sinembargo que le es sumamente lisongero que él haya logrado desvanecer tan activamente las consecuencias desagradables que hubiesen podido ocasionársele; *y por lo que dice respecto al esclarecimiento del delito, el Gobierno no puede tomar providencias sobre una obra que conocidamente es de una intriga oculta.*

El abajo firmado saluda al Señor Cónsul General con la mas distinguida consideracion.

FRANCISCO ANTONINO VIDAL.

Señor Cónsul General de Portugal.

## No. 9.

## Consulado General de Portugal en la República Oriental del Uruguay—(No. 79)

EXMO. SR—

Los publicistas modernos y el mismo Wattel están conformes en que los Cónsules Generales en los paises en que residen, gozan de carácter de Agentes diplomáticos, cuando no los ha alli acreditados; y que en este caso, *estan exemptos tanto por lo civil, como por lo criminal de la jurisdiccion de las autoridades del pais en que ejercen sus funciones;* por esto estrañé haber sido llamado ayer al Juzgado del crimen; entretanto prontamente obedecí, no solo porque los papeles públicos de esta Capital me anunciaban su objeto, y deseaba satisfacerlo; sino tambien porque deseo mostrar la mayor deferencia á las autoridades: pero tengo el honor de llevar al conocimiento de V. E. esta circunstancia, para que mi conducta no cause ejemplar en contra de derecho tan reconocido. El fin de aquel llamamiento fué contestar judicialmente á un cargo que privadamente parecia querérseme hacer por el Señor Senador D. Santiago Vazquez, en nota que pasó a V. E con fecha de 16 del corriente, publicada en los diarios del dia siguiente, relativa á la publicacion en Buenos Aires de las cartas á que él mismo hace referencia; y parece que por mi carácter se deberia exigir mi respuesta para ser con aquella publicada, y no corriese á *rebeldia* una acusacion contra mi, sin que antes yo fuese oido. De todos modos, la declaracion que hice ante el Sr. Juez del Crimen, y conviene transmitir á V. E., fué en suma la siguiente—

"Que en los fines de Enero último (no obstante que recuerdo ahora ser á principios de Febrero) teniendo yo noticia por diferentes personas de las cartas del Coronel *Chilavert*, y de la respuesta á ellas dada por el Señor Senador D. Santiago Vasquez, y movido de curiosidad de leerlas, hablé á D José Rivera Indarte para que las pidiese á dicho Señor: efectivamente las trajo á mi casa, y á él mismo las devolví cerradas: que es igualmente cierto que ya entonces muchas personas tenian conocimiento de tales cartas, y que quizá fuese yo de las últimas que las he visto; y que solamente á un individuo de mi confianza las leí, y por ser en esa ocasion la hora avanzada le franqueé únicamente la respuesta dada á aquellas por el Sr. Senador: dije no habia copiado aquellas cartas, no obstante que para hacerlo se me autorizó; y aseveré que aun cuando lo hubiese hecho no era yo capaz de cierto de mandarlas á Buenos Aires; que no es exacto el paragrafo que contiene la nota del Sr. Senador Vasquez de *que solicité con vehemencia la lectura de las cartas,* porque jamas he visto para eso fin á dicho Señor, y solamente á D. José Rivera Indarte; que el Superior Gobierno, y el Juzgado mismo, deben saber que yo no soy de las personas de la mayor intimidad del Sr. Senador y que asi como tales cartas me fueron franqueadas, no seria estraño que á alguno de sus intimos amigos lo fuesen igualmente, y que no se recuerde ahora." Tambien me fue preguntado el nombre de las personas que me hablaron de tales cartas, y á quien confié la respuesta? Contestè que no recordaba aquellas, y que esta fué D. Juan Susbiela!!

Antes de mas nada debo manifestar á V. E. que cuando devolví las citadas cartas, y la respuesta á ellas, escribí á D. José Rivera Indarte un billete en el cual decia: "que aquella respuesta era excelente, y digna de ser leida; que la copié y la mostraria con placer, porque en ella supo su autor misturar el útil con el jocoserio" De este billete (escrito á prisa, y sin leerlo despues de escrito) nace talvez la afirmativa del Sr. Senador "que yo copié aquellas cartas" porque en el citado billete aparece *las copié*; pero leyendolo V. E. conocerá por su contenido que se refiere á la respuesta de aquellas cartas, y no á estas; y *que no estaba autorizado para hacerlo*; y si yo no lo estuviese ¿ cual seria el motivo porque entonces (5 de Febrero no se me exigió aquella copia, ni se me previno á tal respecto? ¿ Porque se guardó silencio entonces? ¿ Con que fin se conservó hasta ahora, y tan cautelosamente aquel billete que se presentó al Juzgado? ¿ Quien acreditará que siendo tales cartas y la respuesta, á mi entregadas abiertas, yo aparezca como la única persona á quien se confiaron? Agreguese á esto que cuando vinieron á mi poder manifestaban que tenian mucho uso, y corrido muchas manos!!

Bien podria suceder *que alguna persona se aprovechase de mi negligencia,* como dice el Sr. Senador; no entra esto por cierto en el numero de los imposibles; pero en este caso aparecerian la respuesta, las copias exactas, y no adulteradas, y no se omitiria el nombre de quien las escribió!!

¿ Seria acaso imposible que el autor de ellas mandase las copias á alguna otra persona, y que esta las confiase á otra que abusase de tal confianza? Creo que el Sr. Senador D. Santiago Vasquez á ninguno dió copia de semejantes cartas, ni concurrió para su publicacion en la Gaceta de Buenos Aires; pero V. E. conocerá tambien que no fui yo la única persona á quien se han confiado!!

El Superior Gobierno, V. E. y el mismo Sr. Senador, saben que no pertenezco á ningun circulo politico, y que respeto la opinion de todos: la franqueza (y ojalá no tuviera yo tanta), el respeto á las Leyes, y á las autoridades constituidas, asi como la neutralidad en cuestiones politicas son mi norte; saben tambien que soy incapaz de una perfidia; y asevero á V. E. que aun cuando yo hubiese copiado aquellas cartas, de cierto no las mandaria á Buenos Aires.

No sé, Sr. Ministro, por que fatalidad estoy condenado á ver figurar mi nombre en repugnantes intrigas, sin que tenga en ellas la menor parte, porque de ellas soy estraño no obstante las celadas que se me arman. Conservo oculto el mayor sentimiento y pesar, y estos se aumentan por no poder descubrir las causas, ni los motivos; y si los sufro resignado es *porque tengo el convencimiento de que no hay secreto que el tiempo no descubra.*

Mucho siento haber sido compelido á hacer la presente manifestacion, y si otra persona que no fuese el Sr. Senador D Santiago Vasquez lanzase sobre mi una sospecha inmerecida en un documento oficial dirigido á V. E. y que fué publicado en los diarios de esta Capital (y lo será quizá en muchos otros) de cierto que el silencio seria mi respuesta.

Ruego á V. E. que llevando lo expendido al conocimiento del Superior Gobierno, me haga la justicia de acreditar que no soy capaz de cometer acciones que no están conformes ni con mi carácter, ni con mis principios; y que si las hubiese cometido tendria la franqueza de decirlo.

Tengo el honor de saludar á V. E. reiterando las protestas de mi mayor consideracion.

Dios guarde á V. E—Montevideo 19 de Marzo de 1842.

Exmo. Sr. D. Francisco Antonino Vidal, Ministro Secretario de Estado de Relaciones Exteriores—

LEONARDO DE SOUSA LEITTE ACEVEDO.
Consul General.

---


*¡ Viva la Federacion!*

## REMATES.

POR TOMAS GOWLAND y Ca.

En la casa de comercio de D. Francisco Balbin calle de Federacion núm. 43—Que no tuvo lugar el Miercoles á causa del mal tiempo—

El Lunes 4 de Febrero á las 11 en punto de la mañana se rematarán precisamente á la mejor postura, y para redondear este ramo de su negocio; todas las existencias que forman un surtido completo de jergas de algodon y lana y de pura lana, telas para ponchos lisas y labradas, pellones de hilo, fajas inglesas, Ponchos ingleses surtidos de varios tamaños, sobre-puestos, tiradores de campo &c. &c. &c.

*POR IBARRA Y MACOME.*

En la casa de *Martillo* calle de la Reconquista No. 5

El Martes 6 de Febrero á las 11 en punto de la mañana para redondear una factura, se vender precisamente á la mejor postura á plazos que se estipularán al tiempo de la venta y en lotes al gusto de los compradores, todos los artículos siguientes.

Una gran partida de paños regulares y ordinarios, lienzos americanos, lisos, y asargados, bayetas verdes sajones y celestes, fajuelas y de dos frisas, trues de hilo, cotonias superiores para chalecos, camisetas punzoes, de lienzos asargados, hilo de sastre blanco y de colores, ceñidores de lana punzó, chales de merinos, cintas de hilera ancha y angosta, lanillas para banderas de todos colores, géneros mezclas para pantalones, cintas de lana verdes, casimir azul claro, id. amarilla, crespones negros, géneros de lana para chalecos, gorros punzones catalanes, escoceses de lana, chaquetones de bayeton, &c. &c y una porcion de otros articulos que se verán al tiempo de la venta.

Al mismo tiempo se han de vender de cuenta de quien pertenecen algunas piezas de paño averiados.

POR LOS MISMOS.

En su casa de Martillo calle de la Reconquista No. 5.

El Viernes 9 de Febrero, á las 11 de la mañana, para cerrar varias cuentas se han de vender al mejor precio, en lotes.

Una partida de yerba paraguaya superior, id. misionera, averiado, sal, frasqueras de frascos dorados, de 12 frascos con copas &c. &c id. de 1 y dos frascos, chairas, puñales, cigarros habanos de varias clases, dos cajones cigarros del país, copas doradas y lisas, &c., hilo de acarreto, naypes finos, id. dorados, un cajon obleas finas, tinta en frasquitos, escopetas de uno y dos tiros, pistolas fulminantes.

# LA GACETA.

BUENOS-AIRES, ENERO 30 DE 1844.

## ¡Viva laFederacion!

*Sofismas, embustes, calumnias ridiculas, romances lúgubres, y patrañas del Nacional de Montevideo en Diciembre último—*

ARTICULO 2.°

El *Nacional* trata la cuestion con el Sr. Duarte da Ponte Riveiro por artimañas de una breve y ridicula capciosidad—Este asunto tan luminosamente discutido en la Tribuna de Buenos Aires, y juzgado por la opinion pública, aun en el Brasil, es reducido por el *Nacional* á un juego de voces y de vituperios—Aunque nuestras observaciones á este respecto no hayan merecido una réplica del fervido abogado de la "*civilizacion,*" ni en la cuestion de principios ni en la de los hechos, no dejaremos sin nota sus fabricaciones—

*El Sr. Duarte (Nacional de 7 de Diciembre)—*

Al desentenderse el *Nacional* de la discusion, busca un tópico que lo salve—He aqui la cuestion que propone—"*Si por el derecho público* Argentino puede ser "consultada la Sala de RR. de Buenos Aires por el Encargado de las Relaciones "Exteriores de otro modo que como Cuerpo Consultivo en la extricta significacion "de esta palabra"—

Los Gobiernos de las Provincias de la Confederacion Argentina al confiarle ampliamente sin restriccion alguna al de la de Buenos Aires el mando supremo de las Relaciones Exteriores y de los asuntos de paz y guerra de la República han tenido presente el modo, y forma bajo la que esta aquel establecido por las Leyes orgánicas que le ha dado su Legislatura—Segun estas en los negocios graves, y de transcendencia, ó que afectan su Soberania é Independencia se halla en el deber de ocurrir á la Honorable Junta de Representantes dándole cuenta de ellos, y solicitando su Soberana sancion—Asi es que al investirlo de aquel elevado poder han comprehendido al Poder Soberano de la Provincia que no reside en el Ejecutivo—Por ello es que el Gobierno está en el preciso é indispensable deber de ocurrir á la Honorable Junta de Representantes en los casos graves como lo hizo en la cuestion Francesa, y otras; y por ello es de su mismo preciso é indispensable deber someter á su Soberana aprobacion cualquier tratado que haya que celebrar por el Encargado de las Relaciones Exteriores con algun otro Gobierno—

¿Porqué habia de olvidar el General Rosas ese deber en el caso del Sr. Duarte?—Censúrase precisamente lo que implica una condicion orgánica del régimen politico de la Confederacion; y se decide con irrisoria incompetencia y fragrante nulidad sobre un punto que la nacion ha arreglado segun su derecho y sus conveniencias—El Derecho Público de un Estado independiente es creacion suya propia; y el que ha establecido la Confederacion en este órden, y que observa extrictamente el General Rosas, se conforma á los principios universalmente admitidos—Asi del exámen imparcial de la sofistica proposicion del *Nacional* redunda otro comprobante del contrasentido de sus declamaciones contra el General Rosas—Se vé el principio, y el sistema de un Gobierno regular y responsable en la direccion de las Relaciones Exteriores—

Al atribuir el Sr. Duarte á la H. Junta solo el carácter de consultiva, y negarle el de deliberante ha cuando menos comprobado su completa ignorancia en las Leyes de esta República—

El Sr. Duarte no pudo ni debió comprender, á no ser que se le suponga malicia ó una ignorancia penosa, que el Gobierno Argentino del principio que sancionase la Sala de Representantes habia de tomar razones para la discusion diplomática sobre los actos del Sr. Sinimbú—Ni la Legislatura de Buenos Aires procedia á sancionar un principio nuevo, y que no podia menos en tal suposicion absurda que ser retroactivo, lo que formaria otro contrasentido, ni el Gobierno del General Rosas necesitó para reprobar enérgicamente los ultrages inferidos por Sinimbú otros medios que los principios de la Ley Comun de las Naciones tan pérfidamente quebrantados—La Legislatura debia ocuparse de discutir la conducta del Gobierno, y designarle la linea de conducta que convenia siguiese—Asi lo ha verificado, tratando el asunto en las importantes Sesiones que hemos tenido la satisfaccion de publicar—

Los Cuerpos parlamentarios de aquellas naciones en que la estabilidad del Gobierno y de las instituciones, y la aplicacion del sistema representativo han llegado á mucha altura, tratan y deciden estos negocios cuando se presume que de la gravedad de las ofensas puede resultar alguna colision desagradable—Y ¿se dirá por eso que sancionan principios nuevos, o reforman la Ley Pública?—Es vergonzoso que se enuncien semejantes dislates por escritores que presuntuosamente se arrogan la mision de comentaristas del Derecho Público Argentino para sostener el famoso y desatinado juicio del Sr. Duarte—

El *Nacional* se ha tomado la pena inútil de ojear á Livio, Salustio, Ciceron, Horacio y Plinio, y de pulir la definicion de los verbos *consultar* y *deliberar*—En aquellos célebres escritores no se encuentra el modelo ni la justificacion de la nota del Sr. Duarte—Es suma la impertinencia del *Nacional*—Solo delata su mala causa—La sinonimia de los verbos *consultar* y *deliberar* no existe en el idioma Español ni en el Portugues—¿Escribian Horacio y Plinio, Salustio y Ciceron en estos idiomas?—El Sr. Duarte no podia dirigirse al Gobierno Argentino en el idioma de los Curiales, cuando no estaba autorizado por el Gabinete Imperial para tratar ese negocio en el suyo propio—El *Nacional* explicará si en las vidas de los varones célebres de Plutarco ha encontrado algun rasgo caracteristico que compita con la conducta y el "*opúsculo*" del Sr. Duarte—Quizá venga á deducir que tiene toda la gravedad de Ciceron, la concision de Livio, el laconismo sentencioso de Salustio, las bellezas de Plinio, y el *miscuit utile dulci* de Horacio—¡Tanta es la desgracia del Sr. Duarte que para su defensa ha sido necesario ir á Roma y torcer los modelos de la antigüedad!—

El *Nacional*, que probablemente funda en esta pifia histórica el derecho que se arroga de apellidar *ignorantes* á los ilustrados Representantes de la Provincia de Buenos Aires, propone y resuelve cuestiones con una facilidad asombrosa—El prurito de saber es inherente á este fatigoso vocеador—La creacion del poder extraordinario confiado al General Rosas por la Legislatura de Buenos Aires, y *nominativamente* por el sufragio individual de sus conciudadanos, es el tópico de donde toma sus impertinentes proposiciones—Su argumentacion se reduce á establecer, que, estando conferida al General Rosas la suma del poder público, la Honorable Junta de Representantes, no puede deliberar—Bastaria que el Gobierno facultado asi solicitase esa deliberacion, en un negocio gravísimo, para que la Legislatura pudiese y debiera sancionar—Mas esos poderes extraordinarios confiados al General Rosas por las circunstancias prominentemente excepcionales del pais están limitados por la misma Ley que los creó, imponiéndole expresamente el deber de sostener la Religion del Estado y la causa nacional de la Federacion—Y ¿podia el General Rosas deliberar por si en un asunto que, afectando la independencia de la República y el pacto federal, está especialmente reservado á la Legislatura, sin cuya sancion y concurrencia ni puede, ni debe el General Rosas empeñarse en una determinada senda de politica?—Esto es lo que no quiso, ó no supo comprender el Sr. Duarte, y que su comentador malicioso tergiversa con la caracteristica falsia—

En estos negocios la Legislatura de Buenos Aires, independientemente del poder extraordinario conferido al Ejecutivo, se ha reservado el derecho de deliberar y decidir—Tan exacto es esto que en todos estos asuntos graves y delicados que han ocurrido durante la presente Administracion la Asamblea Legislativa es la que ha prescripto al Gobierno la conducta que debe observar—Sucedió asi en la cuestion Francesa, en las propuestas de mediacion colectiva de la Gran Bretaña y de la Francia, en todos los asuntos de tan seria naturaleza—*Aun* respecto á ciertos negocios del órden interno el General Rosas, al aceptar el poder extraordinario, obtuvo de la Soberana Representacion la declaratoria de que los consideraria con toda la plenitud de sus facultades—

El Sr. Duarte, ni diplomático alguno, jamas pudo oponerse al derecho, ni extrañar un procedimiento indispensable—Las naciones extrangeras que conservan relaciones amistosas con la Confederacion Argentina, y han acreditado sus Representantes cerca del Gobierno Encargado de dirigir las Relaciones Exteriores, son las primeras en reconocer y respetar ese órden de cosas—El Sr. Duarte al zaherirlo con ultrajante injusticia, al discutirlo solamente, se puso en contradiccion con los actos explicitos de su mismo Gobierno, é infringió escandalosamente los principios y usos diplomáticos—

El *Nacional* debió emplear su erudicion, recopilando la unánime doctrina de los publicistas que veda al diplomático el desconocimiento de los titulos establecidos, la discusion, y mas la ofensa de ellos, desde que no debe intervenir en la constitucion é instituciones internas del Estado extrangero cerca de cuyo Gobierno está acreditado—Raro pensamiento buscar en Salustio, y no en De Martens, ó siquiera en Wattel, la absolucion del Sr. Duarte!—

El desacierto de este caballero no se opone solamente al principio de no-intervencion en la constitucion de un Estado extrangero por parte del diplomático; atropella el ceremonial y las formas, los usos recibidos tanto como los principios inmutables—Hubiera podido iniciar una innovacion atrevida en el mundo diplomático, si por su excesiva originalidad no hubiese ultrapasado su objeto—

*El Brasil (Nacional del 9 de Diciembre)—*

El *Nacional* por una inversion peregrina afirma que el General Rosas ha ofendido al Brasil y que le deba explicaciones y seguridades—No indica siquiera las pretendidas ofensas ó el motivo de las explicaciones—Interpone su palabra contra los hechos y los principios!—No es posible, pues, que obtenga la preferencia que codicia—La opinion pública necesita convicciones—

Los avances del Sr. Sinimbú han suscitado una reprobacion unánime, razonada, incontestable—En el Brasil mismo han sido generalmente impugnados—Los principios, los hechos, la opinion pública; todo se ha pronunciado contra él—El *Nacional* pretende con todo que prevalezca su parecer sobre esta masa de opinion; y ni aun se esfuerza en fundarlo con alguno de sus repasados sofismas!—¿Porqué no contesta, discute y convence?—

Supone que el Exmo. Sr. Ministro de S. M. B., Caballero Mandeville, se pronunció contra el Gobierno Argentino en 1842 de un modo tan hostil como el Sr. Sinimbú—Esta es una evasion sin arte y sin provecho—El Sr. Ministro Británico no se opuso al ejercicio de los derechos del beligerante—No capitaneó serenatas de rebeldes Franceses, y demas salvages unitarios que vociferaban improperios contra la Confederacion Argentina y su Gobierno—*No les ofreció oficialmente*, y vestido de gran uniforme, la cooperacion de su Gobierno—Y ¿como puede encontrarse similitud en la conducta de uno y otro diplomático?—El *Nacional* dice que el Sr. Mandeville presenció ciertos brindis contra el General Rosas; y lo atestigua con el Sr. Gordon, que está bien lejos, en Inglaterra!—Supóngase que el Sr. Gordon no desmienta alguna vez al *Nacional*; créase que S. E. el Caballero Mandeville no descienda de su alto carácter, y desprecie la infame charla del *Nacional*, como lo ha hecho respecto á los ultrages y difamaciones bárbaras que le ha asestado contra su carácter público y privado el apologista del *honor é intereses Ingleses*; ¿qué probaria el *Nacional* con su cita?—La diferencia de casos es tan conspicua que de si explica porque el General Rosas no reparó en la conducta del Exmo. Señor Ministro Británico, y ha pedido satisfacciones y reparaciones respecto á la del Ministro Brasilero en Montevideo—En el primer caso el Sr. Mandeville no asistió á brindis inamistosos; y si asi sucedió, lo haria en su carácter privado, ó el General Rosas no estimaria digno hacer de una ofensa á su persona un motivo público—En el segundo caso, Sinimbú negó los derechos perfectos de la Confederacion, acaudilló tumultuosamente á sus enemigos en las serenatas bélicas de Montevideo, y oficialmente declaró sus hostilidades, segundadas en breve por el Ministro Brasilero en Buenos Aires—Es penoso recordar estos hechos tan públicos, por el inútil teson que el *Nacional* emplea en contradecirlos—

Cree que asi ha discutido y probado que tiene razon de encararse al Brasil para reconvenirlo y al mundo civilizado con el intento de persuadirlo—Y ¿no dice tambien que el poder del Gobierno Argentino está *carcomido*, que es *fortuna*, *acaso* y nada mas?—Sea esto, ó sea opinion nacional y sabiduria en el hombre de Estado que lo dirige, el observador imparcial encontrará motivo para desestimar la capacidad é influencia de los revoltosos de veinte años que no han podido ni conmover ese supuesto *edificio carcomido* ni vencer ese *acaso*—El Estadista calculador tambien se retraerá de jugar en esta partida tan aventurada de parte de los que tantos veces han hecho un amago sangriento pero vano para triunfar—En sus pasadas tentativas y en las presentes no los han valido las complicaciones extrangeras que han suscitado; y no son tan imprevisores los patriotas Brasileros para aceptar un protectorado que otros Estados mas poderosos desdeñaron consultando la justicia y sus verdaderos intereses—Y se queria que el Brasil, trabajado por sus dificultades internas, se convirtiese en instrumento de pérfidas y astutas sugestiones, en maniquí de una influencia que no es ciertamente Brasilera?—Esto es lo que quiere sonsacar el *Nacional* con actitudes dramáticas—Esta vez ha excedido su mismo intento—Presenta al Gobierno Argentino débil, *apoyándose en puntales carcomidos*; pero azuza al Brasil con la prediccion que *Rosas lo va á conquistar*!—En estos dos embustes claramente contradictorios encalla la sutileza del protagonista. Asi interpela á los Estadistas Brasileros!—Y ¿como se envolveria en la politica leal del Gobierno del General Rosas un pensamiento invasor, cuando perturbado en sus derechos, y ofendido en su dignidad, mantiene la pacifica expectativa de que el Gobierno Imperial satisfaga y repare á la República?—El *Nacional* repite su incriminacion absurda: sin que haya considerado necesario proceder á la discusion de las razones con que diversas veces la hemos impugnado—

El *Nacional* busca otro efugio en la curiosa comparacion que hace del *Manifiesto Oficial* de su Gobierno intruso y malo con los Mensages del General Rosas en 1841 y 42 á la Legislatura de la Provincia—Léanse estos dos documentos importantes y la pieza confeccionada por Vasquez; cotejense las circunstancias; y decídase si hay ni remotamente similitud de casos—El General Rosas no ha expresado en esos Mensages, ni en ninguno, otra cosa que el deseo de que S. M. I. comprenda la politica pérfida de Rivera, y se incline á un acuerdo para terminarla—El *Manifiesto Oficial* de la autoridad intrusa de Montevideo de Setiembre último declaró que el *Imperio iniciaba reclamaciones*, suponiendo existente un acuerdo hostil á la Confederacion—El Gobierno Imperial no ha contradicho esta declaracion—Los principios internacionales, y la lealtad á las relaciones amistosas que jamas alteró la Confederacion, le imponen ese deber; y tanto mas desde que fueron simultaneas, y están vivas, las agresiones de los Ministros Brasileros en Montevideo y Buenos Ayres—¿Podia acaso quejarse Rivera al Gobierno Imperial de los *deseos* manifestados por el Gobierno Argentino?—Otro es el caso presente—Asertos positivos y oficiales correlacionados con hechos ultrajantes, con perfidas y graves hostilidades, dán al Gobierno Argentino el derecho de instar por explicacion y justas satisfacciones—

---

## BOLETIN DEL EJERCITO.

Numero 47.

¡ORIBE, LEYES Ó MUERTE!

¡Mueran los salvages Unitarios!

El Teniente Coronel Comandante del Departamento de San José——————

Porongos, Enero 15 de 1844.

Al Exmo. Sr. Presidente de la República, General en Gefe del Ejército Unido de Vanguardia de la Confederacion Argentina, Brigadier General D. Manuel Oribe.

Exmo. Sr—

Cumpliendo las superiores órdenes de V. E. marché el 12 del presente á perseguir los grupos de salteadores salvages unitarios, y el 13 destiné bomberos sobre Porongos; y cuando me anunciaron estos que por alli andaban como cincuenta salvages, al momento dispuse mi marcha con direccion á ellos, destinando desde las puntas de San José al comandante don Francisco Velasco con el escuadron de su mando á ocupar en la noche las puntas del Curupi, y bajé yo con el primer escuadron á emboscarme en la costa de Porongos, con el objeto de hacerles un circulo, á ver si caian algunos de estos vándalos. En la mañana del 14, siguiendo el plan acordado, emprendi mi marcha con la primera compañia por una quebrada con direccion al pueblo, y el mayor don Benito Rodriguez con la segunda; este por el camino del pueblo, y yo por el lado del Yi: el comandante Velasco ocupaba las puntas del Curupi. En esta disposicion cuando los salvages me sintieron á mi, se recostaron disparando, sobre el mayor Rodriguez, que les salió enderezándolos como para el punto que ocupaba el comandante Velasco, acuchillados ya, y tomando entonces este 16 salvages á quienes llevaban persiguiendo mis tiradores, solo salvó uno por la superioridad de su caballo: fueron, pues, de estos diez y seis, muertos trece, dos prisioneros y el que escapó. Entre los muertos estaban los dos titulados tenientes de esta horda de facinerosos salvages. En resumen, Exmo. Sr., de veinticho de esos malvados que encontramos en Porongos, muy contados serán los que hayan podido escapar; por lo cual V. E. se dignará aceptar la felicitacion que por mi y á nombre de todos estos SS. Gefes, Oficiales y tropa tengo el honor de dirigir á V. E.

Dios guarde á V. E. muchos años.

*José Maria Caballero.*

---

## BOLETIN DEL EJERCITO.

Numero 48.

¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!

¡MUERAN LOS SALVAGES UNITARIOS!

Cuartel general en Milan, Enero 15 de 1844.

Al Exmo. Sr. Presidente de la República y General en Gefe del Ejército Unido de Vanguardia de la Confederacion Argentina, Brigadier General D. Manuel Oribe.

Mi querido amigo: por la copia que le adjunto se instruirá V. del glorioso triunfo obtenido por las valientes divisiones al mando del benemérito teniente coronel D. Lucas Moreno, sobre la horda de salvages unitarios correntinos

Por tan importante victoria, entusiasmado le dirijo mis mas ardientes felicitaciones y en su persona á todas las clases de ese virtuoso y valiente ejército.

Sin otro objeto, me repito su constante amigo afectisimo Q. S. M. B.

JUSTO J. URQUIZA.

---

¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!

¡MUERAN LOS SALVAGES UNITARIOS!

El Comandante en Gefe de la Division del Norte del Rio Negro——

Daiman, Diciembre 31 de 1843.

Al Exmo. Sr. Gobernador y Capitan General de la Provincia de Entre Rios, y General en Gefe de su Ejército en Operaciones, Brigadier D. Justo José de Urquiza.

Exmo. Sr.—Ayer de mañana tuve aviso en las Palmas que los salvages correntinos sitiaban el Salto. En el acto me puse en marcha forzada con el objeto de batirlos caminando toda la noche. En ella se habian desertado tres soldados con intencion de irse adelante al pueblo, los que tomados por los enemigos fueron estos perfectamente informados de nuestra marcha, objeto y fuerza que traia.

En el momento reunieron todas sus guardias y salieron esperandome en las puntas del Ceibal. El titulado general Ramirez chico con una fuerza de mil hombres de caballeria, compuesta de los cuerpos siguientes—la legion Esquivel de 400 hombres, la que mandaba Nicanor Caceres de 300 hombres, la escolta de 200 y 100 de la legion Zoto que pasaron voluntariamente. Apenas habiamos tomado los caballos de reserva y aclarado el dia se avistaron nuestros puestos avanzados con el enemigo que marchaba en busca nuestra, y sin demora dispuse llevarles el ataque del modo siguiente.—Nuestra izquierda mandada por el intrepido Teniante Coronel D. Lucas Piriz compuesta de 160 hombres, su division y 25 de la de Valdez. El centro obedeciendo al Teniente Coronel D. Juan Valdez con 120 hombres, y la derecha á mis órdenes dividida en tres escuadrones, uno de tiradores y dos de lanceros, que me fue necesario formar en ala para cubrir el frente del enemigo. Estos cuerpos eran mandados por los bravos mayores D. Mariano Salazar, D. Pascual Perez y D. Mauricio Lopez. El enemigo se vino á la carga con intrepidez hasta cruzar las lanzas en toda la linea; pero nuestros valientes las cruzaron tambien con denuedo y mandando flanquear la izquierda con un piquete de mis ayudantes y asistentes, y haciendo igual operacion sobre la derecha del centro con el escuadron Tacuarembó, fue arrollada toda la linea y llevada á punta de lanza hasta la costa del Uruguay por los escuadrones de la derecha y centro, menos el escuadron del mayor Salazar que lo mandé hacer alto. Nuestra izquierda peleaba con bravura, pero le fué imposible resistir el empuje de los tres fuertes escuadrones, que lo eran los de la escolta y el de Zoto y se vió obligada á ceder momentaneamente al enemigo; pero habiendo mandado al mayor Salazar hacer sobre la izquierda un cambio de frente perpendicular á vanguardia (el que ejecutaron los lanzeros de V. E. con la rápidez y exactitud que acostumbran en los campos de instruccion) agarró al enemigo por su flanco, el que engreido por su número cargó en peloton, y otra vez cruzaron nuestros bravos las lanzas por mas de seis minutos: entretanto el intrépido comandante Piriz volvió sobre ellos, y tomándoles por la espalda les formaba un circulo que no les dejaba lugar ni para retroceder. La matanza fué alli tremenda, y apenas los enemigos vieron un claro dispararon despavoridos, llevandose por delante otro escuadron que venia en su proteccion. Las aguas del Uruguay fué lo único que pudo salvarlos. El resultado de este triunfo ha sido dejar el enemigo mas de 250 muertos, entre ellos 20 oficiales, 15 prisioneros y porcion de armas.

Por nuestra parte no puedo menos de lamentar la pérdida de los valientes D. Juan Rivero, teniente D. Blas Camejo, alferez D. Aniceto Lacarra y 19 individuos de tropa. Dificil me es dar á V. E. una recomendacion particular, pues si los SS. gefes y oficiales se han portado con bravura y pericia, los soldados han demostrado su valor extraordinario, pues se hallaban resueltos á sucumbir como los Griegos en las Termopilas antes que ser humillados.

Dios guarde á V. E. muchos años.

LUCAS MORENO.

---

## BOLETIN DEL EJERCITO.

Numero 49.

VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!

¡MUERAN LOS SALVAGES UNITARIOS!

Exmo. Sr. Presidente de la República, Brigadier General D. Manuel Oribe.

Campo de batalla en las Puntas del Sauce, frente de D. Francisco Oribe, Enero 25 de 1844.

(A las 5 de la mañana.)

Mi querido amigo: despues de 40 y tantas leguas de marcha en poco mas de tres dias, ayer á la tarde logré alcanzar por este campo al Pardejon que marchaba con toda su horda. Mi vanguardia al mando del benemérito Coronel D. Manuel A. Urdinarrain consiguió triunfar sobre la del enemigo y entretener al Pardejon mientras que yó con parte de la caballeria y el batallon Patricios del número 3 me aproxime sobre el enemigo, y consegui derrotarlo completamente. La batalla fue cerrada la noche, y asi mismo se le persiguió como dos leguas en todas direcciones.

La pérdida del enemigo es considerable, y la dispersion extraordinaria; por nuestra parte la pérdida es muy pequeña.

El teniente Coronel Carballo conductor de esta le impondrá de cuanto desee saber.

Por tan espléndida victoria con un fuerte abrazo reciba V. mis mas entusiastas felicitaciones.

Su siempre amigo affmo. Q. B. S. M.

JUSTO J. DE URQUIZA.

---

Exmo. Sr. Presidente de la República, Brigadier D. Manuel Oribe.

Arroyo del Sauce á la márgen derecha del Yi, Enero 25 de 1844.

Mi querido General.

Ayer encontramos de frente al ejército del Pardejon que marchaba hácia lo de Farruco, y despues de fuertes guerrillas con la vanguardia nos presentó batalla poco antes de ponerse el sol; y obligado á combatir, se movieron todas sus hordas atacando nuestra linea. El resultado fuè el que era consiguiente, ser envueltos todos los escuadrones de los salvajes, derrotados y perseguidos, todo lo que fué posible en la obscuridad porque era de noche.

Yo ocupaba la derecha con el primer cuerpo, y tengo el placer de manifestar á V. E. que la comportacion de los Gefes, oficiales y tropa, no ha desmentido su bien adquirida reputacion, con la que se han hecho dignos de pertenecer al Ejécito Unido, de que V. E. es su digno General en Gefe.

Otros detalles sabrá V. E. por el Sr. General Urquiza porque escribo esta muy de prisa. Entretanto tengo el gusto de felicitar a V. E. por este triunfo, que abrevia mucho el esterminio total de los salvajes unitarios.

Sin mas objeto se repite de V. E. su atento servidor.

NICOLAS GRANADA.

---

¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!

¡Mueran los salvages unitarios!

Campamento en el Arroyo del Sauce à la màrgen derecho del Yi, Enero 25 de 1844.

Exmo. Sr. Presidente D. Manuel Oribe.

Reciba, mi querido general, un mil de felicitaciones por el completo triunfo que hemos obtenido en este punto sobre los salvages unitarios. El imbecil é incendiario Rivera, desesperado ya de su estado, trató de probar fortuna anoche con la obscuridad, pero bien caro le ha costado la esperiencia de que nada es capaz de apagar el valor de nuestros soldados. Estoy cierto que del campo no ha sacado 50 hombres reunidos y ha sido acuchillado en todas direcciones. Aun no podemos dar con exactitud pormenores ningunos, porque recien va aclarando. En otra ocasion lo haré con el mayor gusto. Por ahora solo diré á V. E. que la pérdida del enemigo debe ser muy considerable, mientras que la nuestra si hay alguna será insignificante.

No tengo mas tiempo que para repetirme de V. E. muy afectisimo S. S. y amigo.

RAMON BUSTOS.

---

Exmo. Sr. Gobernador, General D. Juan Manuel de Rosas—

*Cuartel General en el Cerrito, Enero 27 de 1844—*

Mi distinguido y buen amigo—Acabo de recibir carta del Exmo. Sr. Gobernador General D. Justo José de Urquiza, fecha 25 del corriente á las 5 de la mañana, en que me comunica que el 24 al anochecer y en las Puntas del Sauce, puesto de D. Francisco Oribe, obtuvo un triunfo completo sobre el Pardejon incendiario, dispersándose las hordas de este, con una pérdida considerable, en todas direcciones, y debiendo su salvacion, solo, á la noche que sobrevino, aunque ella no pudo salvarlas de una persecucion de dos leguas.

El Pardejon escogió sin duda esa hora para aceptar la batalla, porque ya preveia el resultado que tendria un combate de los forajidos que acaudilla, con nuestros valientes saldados.

Sin otra cosa que agregar, mas que mis entusiastas felicitaciones, y el ruego de que se sirva transmitirlas á Misia Manuelita y Sr. D. Juan, sus hijos, me repito

De V. affmo. fino, y leal constante amigo.

MANUEL ORIBE.

---

¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!

¡MUERAN LOS SALVAGES UNITARIOS!

Campamento Buseo, Enero 30 de 1844.

Sr. D. Pedro Ximeno—

Muy Sr. mio y amigo—Sin embargo de creer á V. impuesto de la derrota completa del salvage unitario Pardejon Rivera, tengo el placer de remitir á V. la adjunta de nuestro amigo el Teniente Coronel Bustos la que impondrá á V. del modo que ha sido.

Sirvase V. disimular lo corto de esta, pues no tengo tiempo para mas.

Reciba V. mis felicitaciones y délas á todos nuestros amigos.

Su affectisimo amigo—Q. B. S. M.

*Julian Ciriaco Sosa.*

---

¡VIVA LA CONFEDERACION ARGENTINA!

¡Mueran los Salvages Unitarios!

Campamento en el Arroyo del Sauce á la márgen derecha del Yi, Enero 25 de 1844—

Sr. D. Julian C. Sosa.—

Mi querido amigo—

Los salvages unitarios que de dia no se animan ya á mirarnos á la cara, nos presentaron anoche batalla buscando en las tinieblas una suerte mas propicia: pero, amigo, nuestros soldados en todas circunstancias demuestran su superioridad, y les han dado un terrible escarmiento, derrotándolos del modo mas completo—

No puedo comunicarle á V. por ahora detalles ningunos: pero ya se figurará el barullo que habrá habido—Los salvages escogieron su posicion, y por todas partes nos salian, pero por todas partes eran lanceados y deshechos—Mucha, muchisima, ha sido su perdida, mas aun no es posible calcularla porque todavia esta oscuro y no se ha recorrido el campo—*Mañana* ó pasado le hablaré de todo—Mientras tanto, sirvase felicitar en mi nombre á todos los amigos, y en particular á Costa, á quien le dirá de mi parte que mande esta noticia á Buenos Aires á nuestros amigos Reyes, y D. Juan Rosas, porque yo no tengo tiempo para escribirles—

Y V. reciba un fuerte abrazo de su afectisimo—

*Ramon Bustos.*

---

*Interceptada al salvaje incendiario pardejon Fructuoso. Rivero.*

Sr. Coronel D. Bernardino Baez—Valle del Yguá Enero 12 de 1844—Mi estimado amigo—Desde Santa Tereza te escribi y mande al alferez Rejinaldo quien tuvo que volverse con la correspondencia que ahora lleva y que conduce el alferez Gallinares quien vá encargado de instruirte berbalmente de cuanto desees saberá nuestro respecto y del enemigo, el cual se halla en estos momentos ocupando las alturas de Casup y nosotros el Valle, donde llegamos ayer, habièndosenos incorporado en la India Muerta el Coronel Silva. El tal Serbando logró resbalarsenos por los bañados de San Miguel y Sebollaty donde tuvo que meterse el pobre diablo para salvarse de nuestras lanzas que lo buscaban con la sana intencion de romperle el alma si lo tomabamos a tiro pero no pudo librarse de entrar por el barro, andar por él y salir embarrado por este lado de Sebollety donde estaba el 8 del corriente poco menos que apiè y muy desmoralizado: sin embargo el buscaba la incorporacion de Urquiza que como he dicho estaba por Casupá manteniendo sus abanzadas por Minas. Nuestra capital se conserba fuerte sin embargo me demanda toda mi atencion porque quiero ponerme con contacto á ella, para sacar dos o tres mil infantes y buscar á estos pillos con ventaja; pero antes si es posible me importa tener noticia del punto que ocupas, de tu estado del resultado de tus operaciones y cual la altura en que se encuentra el ejército correntino á fin de poder reglar mis operaciones, con mejores datos y desenvolver mi plan con ventaja. El 8 de Enero que se incorporaron nuestros compañeros al ejército fuè un dia de jubilo general para todos y de un triunfo para la República que volviò à ver incorporada a sus filas una division brillante que los sucesos maladados le habian puesto fuera de accion, á pesar de todo, nuestros valientes habian conservado su moral y union y volvieron al seno de su patria á recibir las bendiciones de sus compatriotas habiendo dejado en el suelo limitrofe recuerdos de aprecio á las autoridades y vecinos que los trataron bien. Si tu estado es fuerte es menester que procures buscar nuestro contacto dirigiendote á las puntas:.......haciendo tu marcha por la màrgen del.......pero con toda tu fuerza reconcentrada y sin perjuicio de mantener siempre ocupado el punto....como el que ofrece mas ventajas á las operaciones de nuestros ejèrcitos. Despues de recibir tu esta mi comunicacion, lo que mas importa es saber yo del estado de Vs. intertanto persigue y mata cuanto blanquillo se te ponga por delante; por acá vamos haciendo otro tanto lo que bastará para dar fin á estos malvados. Darás mis recuerdos á mis amigos y tu los recibiras en particular de tu affmo. amigo Q. B. T. M.

*Fructuoso Rivera.*

---

*Editor responsable——SANTIAGO KIERNAN.*